

Aula 09

*Unioeste (Contador) Contabilidade
Pública - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

15 de Julho de 2023

Índice

1) Balanço Patrimonial - Teoria	3
2) Balanço Patrimonial - Questões Comentadas	21
3) Balanço Patrimonial - Lista de Questões	59



BALANÇO PATRIMONIAL

Definição

Nos termos do MCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O MCASP destaca que a Lei nº 4.320/1964 confere **viés orçamentário** ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Segundo o art. 105 da Lei n. 4.320/64,

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro;*
- II - O Ativo Permanente;*
- III - O Passivo Financeiro;*
- IV - O Passivo Permanente;*
- V - O Saldo Patrimonial;*
- VI - As Contas de Compensação.*

*§ 1º O **Ativo Financeiro** compreenderá os créditos e valores realizáveis **independentemente** de autorização orçamentária e os valores numerários.*

*§ 2º O **Ativo Permanente** compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação **dependa** de autorização legislativa.*

*§ 3º O **Passivo Financeiro** compreenderá as dívidas fundadas e outras [cujo] pagamento **independa** de autorização orçamentária.*

*§ 4º O **Passivo Permanente** compreenderá as dívidas fundadas e outras que **dependam** de autorização legislativa para amortização ou resgate.*

*§ 5º Nas **contas de compensação** serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.*

Nobre audaz, antes de passarmos ao nosso esquema, vale destacar uma incongruência no texto da Lei n. 4.320/64 acima descrito. Leia novamente os parágrafos 3º e 4º acima.

Veja que a Lei inclui a dívida fundada tanto no ativo financeiro como no ativo permanente.

O correto seria incluir a dívida flutuante no passivo financeiro e a dívida fundada no passivo permanente.

Antes de dar a orientação final de como proceder na prova, vamos aproveitar o momento para estudar alguns detalhes sobre essa classificação da dívida em flutuante e fundada.



Dívida Fundada ou Consolidada: compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (Art. 115, § 2º, Decreto n. 93.872/86).

Dívida Flutuante: é a contraída pelo Tesouro Nacional, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa. Independe de autorização legislativa.

Segundo a Lei n. 4.320/64, a dívida flutuante compreende:

- Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- Os serviços de dívida* a pagar;
- Os depósitos;
- Os débitos de tesouraria.

*Serviços da dívida = amortização do principal + juros

Cabe destacar que, segundo a LRF, a **dívida flutuante não compreende parcelas não pagas de precatórios** (essas parcelas integram a dívida fundada ou consolidada para fins de apuração dos limites para endividamento).



(MPTCDF) Um município empenhou e liquidou R\$ 2,5 milhões, referentes à aquisição de vacinas e medicamentos, mas não efetuou o respectivo pagamento no exercício financeiro. Isso pode contribuir para aumentar a dívida flutuante do município.

Comentários

A questão está certa. Como o município empenhou, liquidou e não efetuou o respectivo pagamento, tais despesas deverão ser inscritas em restos a pagar processados, aumentando assim a dívida flutuante do município, pois nos termos da Lei n. 4.320/64:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

- I - **os restos a pagar**, excluídos os serviços da dívida;
- II - os serviços da dívida a pagar;
- III - os depósitos;
- IV - os débitos de tesouraria.

Gabarito: Certo

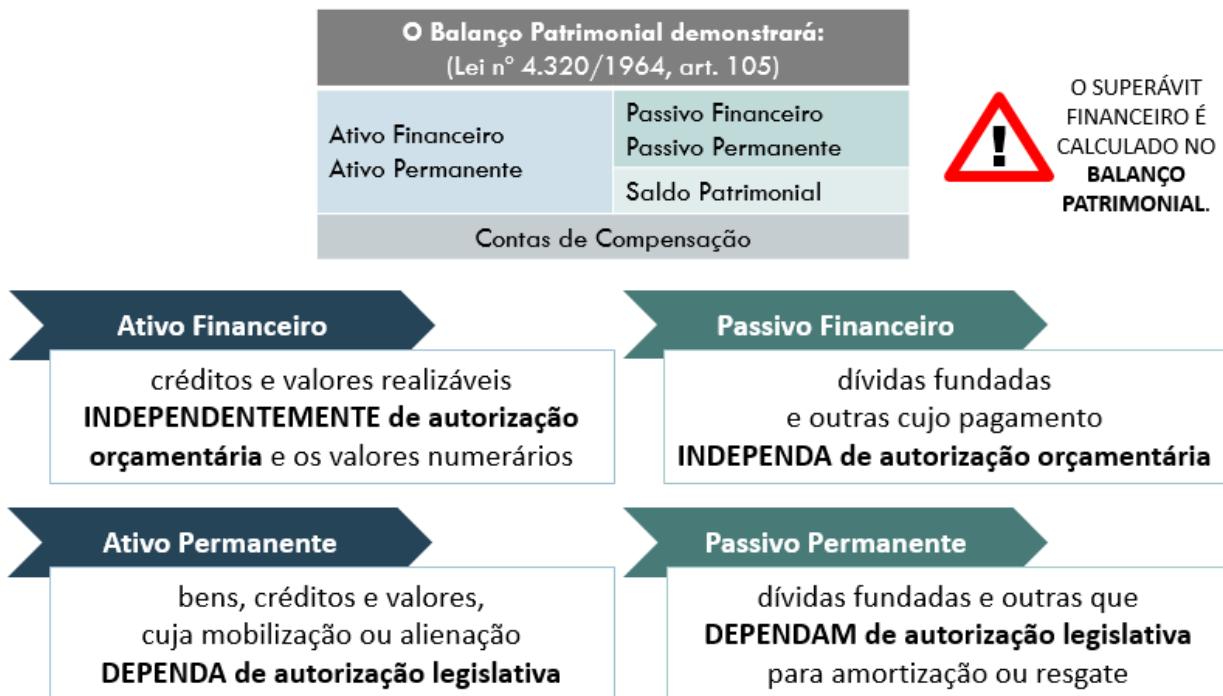
Apesar da incoerência da Lei n. 4.320, devemos saber que a dívida flutuante é que deve ser classificada no passivo financeiro.

No entanto, como está “dívida fundada” no texto da Lei publicada, as bancas aceitam essa classificação errada.



Logo, na hora da prova aceite as duas classificações (dívida flutuante e dívida fundada integram o passivo financeiro). Porém, saiba que o correto é a dívida flutuante integrar o passivo financeiro e a dívida fundada integrar o passivo permanente.

Esquematicamente, temos:



Observe que a Lei n. 4.320/64 confere um yés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.



Estrutura (Lei n. 4.320/64)

A seguir podemos visualizar a estrutura do Balanço Patrimonial conforme a Lei n. 4.320/64:

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Financeiro		Passivo Financeiro	
Disponível		Restos a Pagar	
Créditos em Circulação		Retenções de Terceiros	
		(...)	
Ativo Permanente (Não Financeiro)		Passivo Permanente (Não Financeiro)	
Circulante		Circulante	
Realizável a Longo Prazo		Exigível a Longo Prazo	
Bens móveis e imóveis			
Ativo Real (AF + ANF)		Passivo Real (PF + PP)	
Saldo Patrimonial Líquido = Passivo Real a Descoberto		Saldo Patrimonial Líquido = Ativo Real Líquido	
Ativo Compensado		Passivo Compensado	
Responsabilidades Tít. Valores e bens		Títulos, valores s/ responsabilidade	
Garantias de Valores		Valores em Garantia	
Direitos e Obrigações Conveniadas		Direitos e Obrigações Conveniadas	
Direitos e Obrigações Contratuais		Direitos e Obrigações Contratuais	
Total do Ativo		Total do Passivo	

Conforme estudamos, o critério da Lei n. 4.320/64 para classificar os elementos patrimoniais em financeiros ou permanentes não é o tempo de realização ou consumo, nem a conversibilidade/exigibilidade. A Lei segregava os elementos por meio da sua natureza (financeiro ou permanente).

Ativo/Passivo Financeiro = independe de autorização orçamentária

Ativo/Passivo Permanente = depende de autorização orçamentária

Segundo essa estrutura da Lei n. 4.320, ao somarmos o ativo financeiro com o ativo permanente chegamos ao valor do ativo real. Ao somarmos o passivo financeiro com o passivo permanente chegamos ao valor do passivo real.

Além disso, essa estrutura evidencia as contas de compensação (ativo e passivo compensado). Essas contas registram os atos potenciais, aqueles que podem vir a afetar o patrimônio público no futuro.



As contas de compensação registram os bens, valores e obrigações que, mediata ou imediatamente, possam vir a afetar o patrimônio. Estes bens, valores e obrigações não alteram o patrimônio, mas podem modificá-lo no futuro.

O valor do ativo compensado **sempre será igual** ao valor do passivo compensado.

Vale destacar que o saldo patrimonial é obtido por meio do confronto entre o ativo real e o passivo real. Assim, temos:

Saldo Patrimonial = Ativo Real – Passivo Real

O resultado do saldo patrimonial pode nos retornar três situações, quais sejam:

Situações possíveis do saldo patrimonial	
Valor do saldo	Situação
Saldo Patrimonial = 0 Ativo Real = Passivo Real	Neutra
Saldo Patrimonial > 0 (positivo) Ativo Real > Passivo Real	Ativo Real Líquido
Saldo Patrimonial < 0 (negativo) Ativo Real < Passivo Real	Passivo Real a Descoberto

Vamos ver como o assunto já foi exigido em prova.



(ANTAQ) Se determinado órgão público apresentar ativo real líquido em seu balanço, o saldo patrimonial desse órgão será obrigatoriamente positivo.

Comentários

Para fixar! Observe novamente a nossa tabelinha acima estudada.

Observe que realmente se determinado órgão público apresentar ativo real líquido em seu balanço, o saldo patrimonial desse órgão será obrigatoriamente positivo.

Gabarito: Certo



Estrutura (MCASP/Normas)

Agora que já visualizamos a estrutura da Lei n. 4.320/64, vamos estudar a estrutura do balanço patrimonial segundo as Normas/MCASP.

Segundo o MCASP, a fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o

Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Nesse sentido, o Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, dentre outros.

Vamos estudar cada um desses quadros.

Quadro Principal

Segundo o MCASP, no quadro principal tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Os ativos e passivos serão apresentados em níveis **sintéticos** (3º nível – Subgrupo ou 4º nível - Título).

Os saldos das contas intragovernamentais deverão ser excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.

A NBC TSP 11 prevê a adoção das seguintes **formas de apresentação dos ativos e passivos**:

- a. Segregação em ativos circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulantes, sendo este o modelo que deve ser adotado preferencialmente;
- b. Apresentação baseada na liquidez, aplicável apenas quando proporcionar informação que seja mais relevante. Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em instituições financeiras, pelo fato de que tais instituições não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável.

A norma dispõe ainda sobre a possibilidade de adoção de uma base mista, quando a entidade tem diversos tipos de operações.

O MCASP destaca que para fins de consolidação e consistência das informações, as entidades do setor público deverão utilizar a forma de apresentação que segregá os ativos e passivos em circulante e não circulantes, sendo a apresentação baseada na liquidez utilizada de forma subsidiária. Ressalta-se que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de uso obrigatório pelos entes federados, já observa esta forma de apresentação em sua estrutura.



Ativo Circulante e Não Circulante

Segundo o MCASP/NBC TSP 11, o ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- a. espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- b. o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- c. espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- d. o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os ativos circulantes incluem ativos que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis, tais como impostos a receber, multas e tarifas regulatórias a receber e estoques. Os ativos circulantes também incluem ativos essencialmente mantidos com a finalidade de serem negociados (exemplos incluem alguns ativos monetários classificados como “mantidos para negociação”) e a parcela circulante de ativos monetários não circulantes.

O ciclo operacional da entidade é o tempo levado para converter entradas (inputs) ou recursos em saídas (outputs). Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja de doze meses.

Passivo Circulante e Não Circulante

Segundo o MCASP/NBC TSP 11, o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- a. espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade;
- b. o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- c. o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- d. a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Outros passivos circulantes não são pagos como parte do ciclo operacional normal, mas têm sua liquidação prevista para o período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis ou estão essencialmente mantidos com a finalidade de serem negociados. Exemplos disso são os passivos financeiros classificados como “mantidos para negociação”, saldos bancários negativos de cheques especiais e a parte circulante de passivos financeiros não circulantes, dividendos a pagar, imposto de renda e outras dívidas a pagar não comerciais.

Se a entidade espera – e tiver a possibilidade de refinanciar ou rolar a dívida durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis, segundo as condições de flexibilidade do empréstimo existente –, deve classificar a obrigação como não circulante. Contudo, quando o refinanciamento ou substituição da obrigação não depender somente da entidade (por exemplo, se não houver acordo de refinanciamento), o



simples potencial de refinanciamento não é considerado suficiente para a classificação como não circulante e, portanto, a obrigação deve ser classificada como circulante.

Quando a entidade não cumprir compromisso, segundo acordo de empréstimo em longo prazo até a data das demonstrações contábeis, tendo como consequência a condição de o passivo se tornar vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante. Entretanto, se o credor tiver concordado, até a data das demonstrações contábeis, em proporcionar um período de carência a terminar pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis, o passivo deve ser classificado como não circulante.

Informação a ser apresentada no balanço patrimonial

A NBC TSP 11 apresenta uma lista de itens que devem ser apresentados de forma individualizada no balanço patrimonial devido à sua natureza ou função, sem, entretanto, determinar a ordem ou formato de apresentação. Tal dispositivo deverá ser observado pelo PCASP, sempre que possível. Além disto, a norma traz alguns dispositivos a serem observados para criação de outras contas, os quais são replicados abaixo e deverão ser observados pelos entes no detalhamento de seus planos de contas, bem como na apresentação de seu balanço:

- Contas adicionais, cabeçalhos e subtotais devem ser apresentados no balanço patrimonial sempre que tais apresentações sejam relevantes para o entendimento da posição financeira e patrimonial da entidade;
- contas do balanço patrimonial devem ser incluídas sempre que o tamanho, natureza ou função de item ou agregação de itens similares apresentados separadamente seja relevante na compreensão da posição financeira da entidade; e
- a nomenclatura de contas utilizada e sua ordem de apresentação dos itens e das agregações de itens semelhantes podem ser modificadas de acordo com a natureza da entidade e de suas transações, no sentido de fornecer informação que seja relevante para a compreensão da situação patrimonial da entidade.
- A entidade deve julgar a adequação da apresentação de contas adicionais separadamente com base na avaliação: i. da natureza e liquidez dos ativos; ii. da função dos ativos na entidade; e iii. dos montantes, natureza e prazo dos passivos.
- a utilização de distintos critérios de mensuração de classes diferentes de ativos sugere que suas naturezas ou funções são distintas e, portanto, devam ser apresentadas em contas separadas. É o caso, por exemplo, de diferentes classes de imobilizado, que podem ser reconhecidas ao custo ou pelo valor de reavaliação.

Abaixo temos a estrutura do Balanço Patrimonial conforme orientação do MCASP:



BALANÇO PATRIMONIAL			
		Exercício: 20XX	
ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Créditos a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante			
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo Prazo			
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD pagas antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado			
Intangível			
Total do Ativo Não Circulante			
TOTAL DO ATIVO			



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo			
Total do Passivo Circulante			
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Total do Passivo Não Circulante			
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital			
Reservas de Capital			
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Reservas de Lucros			
Demais Reservas			
Resultados Acumulados			
(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
Total do Patrimônio Líquido			
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			



Veja que nessa estrutura, totalmente alinhada às normas internacionais, a classificação do ativo e do passivo é segregada em circulante e não circulante de acordo com o grau de conversibilidade/exigibilidade.

Essa estrutura segue a mesma linha do balanço patrimonial que estudamos na Contabilidade Geral.

Veja que nessa estrutura há duas colunas, uma para o exercício atual e outra para o exercício anterior. Essa evidenciação permite a comparabilidade das informações, conforme requerido pelas normas internacionais.



Grau de Conversibilidade e Grau de Exigibilidade

O “**Grau de Conversibilidade**” está associado ao prazo no qual os bens e direitos podem ser transformados em dinheiro. Sendo assim, quanto menor o prazo, maior a liquidez e vice-versa.

Grau de Conversibilidade = Grau de Liquidez

O “**Grau de Exigibilidade**”, assim como o de Conversibilidade, está associado ao prazo no qual as obrigações devem ser pagas. Portanto, quanto menor o prazo maior o grau de exigibilidade e vice-versa.

Acho interessante inserir aqui as definições presentes no MCASP. Vamos a elas:

Quadro Principal

- **Ativo Circulante**

Compreende os ativos que satisfazem algum dos seguintes critérios enumerados no item 1.3.1.1.

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

- **Créditos a Curto Prazo**

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

- **Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.



- **Estoques**

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

- **Ativo Não Circulante Mantido para Venda**

Compreende os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, segundo um plano de venda com prazo inferior a 12 meses.

- **Ativo Biológico**

Compreende os valores relativos a plantas ou seres vivos que podem ser classificados como ativos biológicos cujo ciclo produtivo ocorra dentro de um prazo de até doze meses da data das demonstrações.

- **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente**

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

- **Ativo Não Circulante**

Compreende os ativos que satisfazem algum dos seguintes critérios enumerados no item 1.3.1.1.

- **Realizável a Longo Prazo**

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

- **Investimentos**

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

- **Imobilizado**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.



- **Intangível**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

- **Passivo Circulante**

Compreende os ativos que satisfazem algum dos seguintes critérios enumerados no item 1.3.1.2.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

- **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

- **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

- **Obrigações Fiscais a Curto Prazo**

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

- **Transferências Fiscais a Curto Prazo**

Compreende os recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária.



- **Provisões a Curto Prazo**

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

- **Demais Obrigações a Curto Prazo**

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

- **Passivo Não Circulante**

Compreende os ativos que satisfazem algum dos seguintes critérios enumerados no item 1.3.1.2.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

- **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

- **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

- **Obrigações Fiscais a Longo Prazo**

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

- **Provisões a Longo Prazo**

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.



- Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

- Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

- Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

- Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

- Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

- Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

- Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

- Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.



- **Demais Reservas**

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

- **Resultados Acumulados**

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

- **Ações / Cotas em Tesouraria**

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Segundo o MCASP, este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei n. 4.320/1964.

Será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

O MCASP destaca que os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais, sendo facultativo o detalhamento dos saldos em notas explicativas.

Abaixo podemos visualizar a estrutura desse quadro:

ENTE DA FEDERAÇÃO QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro		
Ativo Permanente		
Total do Ativo		
Passivo (II)		
Passivo Financeiro		
Passivo Permanente		
Total do Passivo		
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		

Quadro das Contas de Compensação

Conforme orientação do MCASP, este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.



Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP.

O PCASP não padroniza o desdobramento dos atos potenciais ativos e passivos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Tal desdobramento deverá ser feito por cada ente, a nível de item e subitem (6º nível e 7º nível).

ENTE DA FEDERAÇÃO QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas		
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos		
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas		
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		
Obrigações contratuais		
Outros atos potenciais passivos		

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Segundo o MCASP, este quadro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei n. 4.320/1964.

Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.100.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos.

Como a classificação por fonte / destinação de recursos não é padronizada, cabe a cada ente adaptá-lo à classificação por ele adotada.

Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

ENTE DA FEDERAÇÃO QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS		
<Descrição da fonte>	<Descrição da fonte>	
<Descrição da fonte>	<Descrição da fonte>	
<Descrição da fonte>	<Descrição da fonte>	
(...)	(...)	
Total das Fontes de Recursos		



Notas Explicativas

Nos termos do MCASP, o Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos. A entidade deve divulgar, no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, rubricas adicionais às contas apresentadas (subclassificações), classificadas de forma adequada às operações da entidade. Recomenda-se o detalhamento das seguintes contas:

- Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- Imobilizado;
- Intangível;
- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens;
- Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas;
- Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Também é recomendado que as políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão.

Muitas entidades do setor público não possuem capital representado por ações, sendo controlada exclusivamente por outra entidade do setor público. A natureza da participação do governo no patrimônio líquido da entidade é, provavelmente, a combinação de capital integralizado e do valor resultante dos resultados acumulados e reservas.

Quando a entidade não possui nenhuma parcela de capital representado por ações, ela deve demonstrar separadamente:

- a. o capital integralizado, consistindo do valor total acumulado, na data das demonstrações contábeis, das contribuições dos proprietários menos as distribuições aos proprietários;
- b. resultados acumulados;
- c. reservas, incluindo descrição da natureza e propósito de cada reserva dentro do patrimônio líquido; e
- d. participação dos não controladores.

Quando a entidade possui seu capital representado por ações, ela deve divulgar também as seguintes informações:

- a. para cada classe de ações do capital:
 - i. a quantidade de ações autorizadas;
 - ii. a quantidade de ações subscritas e inteiramente integralizadas, e subscritas mas não integralizadas;
 - iii. o valor nominal por ação, ou informar que as ações não têm valor nominal;
 - iv. a conciliação entre as quantidades de ações em circulação no início e no fim do período;



- v. os direitos, preferências e restrições associados a essa classe de ações, incluindo restrições na distribuição de dividendos e no reembolso de capital;
 - vi. ações ou quotas da entidade mantidas pela própria entidade (ações ou quotas em tesouraria) ou por controladas ou coligadas; e
 - vii. ações reservadas para emissão em função de opções e contratos para a venda de ações, incluindo os prazos e respectivos montantes; e
- b. a descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) A estrutura de apresentação do balanço patrimonial em convergência com os padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público apresentou algumas alterações, que estão consolidadas no MCASP. Nesse contexto, um item informacional que deve ter seu saldo apresentado no quadro principal do balanço patrimonial é:

- a) ativo financeiro;
- b) demandas judiciais;
- c) dívida consolidada líquida;
- d) garantias concedidas;
- e) investimentos.

Comentários

- a. **Errado.** Será demonstrado no quadro dos ativos e passivos financeiros permanentes.
- b. **Errado.** Será evidenciado no quadro das contas de compensação.
- c. **Errado.** Será evidenciada no quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes.
- d. **Errado.** Serão evidenciadas no quadro das contas de compensação.
- e. **Certo.** Faz parte do quadro principal e será evidenciado como subgrupo do ativo não circulante.

Gabarito: E

2. (FGV/Analista/MPSC/2022) Além de apresentar informações sobre a posição patrimonial e financeira e sobre o desempenho das entidades, as demonstrações contábeis também podem fornecer informações úteis para o processo de planejamento e execução do orçamento, tanto por determinação legal quanto por decisões de gestão. A apuração do superávit financeiro que pode servir como fonte de recursos para suplementar dotações orçamentárias deve ter por base o (a):

- a) balanço financeiro;
- b) balanço orçamentário;
- c) balanço patrimonial;
- d) demonstração das variações patrimoniais;
- e) demonstração dos fluxos de caixa.

Comentários

Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Gabarito: C



Quadro I

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
	Patrimônio Líquido
Total do Ativo	Total do Passivo + PL

3. (FGV/Analista/MPSC/2022) Considere a estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I acima.

Um evento cuja ocorrência adequadamente registrada pelo sistema de contabilidade provoca impacto positivo no saldo patrimonial do ente é:

- (A) aquisição de instalações prediais de uma entidade privada, com pagamento à vista;
- (B) aquisição de materiais para estoque, para baixa posterior mediante requisição devidamente autorizada;
- (C) devolução de equipamentos adquiridos em decorrência de não conformidade com o pedido;
- (D) redução do saldo de empréstimos (curto prazo), decorrente de pagamento de parcela na data do vencimento;
- (E) reversão de perdas por desvalorização de ativos reconhecidas no exercício anterior.

Comentários

Evento com impacto positivo no saldo patrimonial é o mesmo que variação patrimonial aumentativa (VPA).

- a. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa, sem impacto no saldo patrimonial.
- b. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa, sem impacto no saldo patrimonial.
- c. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa, sem impacto no saldo patrimonial.
- d. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa, sem impacto no saldo patrimonial.
- e. **Certo.** A reversão irá gerar um impacto positivo no saldo patrimonial. Trata-se de uma variação quantitativa aumentativa (VPA).

Gabarito: E

4. (FGV/Analista/MPSC/2022) A estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I não contempla todos os itens informacionais previstos originalmente na Lei nº 4.320/1964, tais como a identificação expressa dos saldos do ativo e passivo financeiros e as contas de compensação. Para tratar desse aspecto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado por meio de portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

- a) adaptou a estrutura do balanço financeiro para evidenciar os saldos de ativo e passivo financeiros;
- b) alterou a estrutura da demonstração das variações patrimoniais para contemplar as contas de compensação para fins de controle;
- c) exigiu que tais itens informacionais sejam apresentados por meio de notas explicativas;
- d) inseriu quadros complementares ao quadro principal, para contemplar tais informações;
- e) tornou facultativa a apresentação das contas de compensação nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).



Comentários

Segundo o MCASP,

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. **Quadro Principal;**
- b. **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;**
- c. **Quadro das Contas de Compensação (controle);** e
- d. **Quadro do Superavit/Deficit Financeiro.**

Gabarito: D

5. (FGV/Perito/PC-AM/2022) Assinale a opção que indica a diferença entre os créditos classificados como ativo financeiro e como ativo permanente, de acordo com a Lei nº 4.320/64.

- a) Os classificados como financeiro têm realização de até doze meses a partir da data do balanço patrimonial, enquanto os classificados como permanente têm realização maior do que doze meses.
- b) Os classificados como financeiro geram expectativa de realização, enquanto os classificados como permanente apresentam expectativa de venda.
- c) Os classificados como financeiro independem de autorização orçamentária, enquanto os classificados como permanente dependem de autorização legislativa.
- d) Os classificados como financeiro são recuperados pelo uso, enquanto os classificados como permanente são recuperados pela venda.
- e) Os classificados como financeiro são vinculados às entidades financeiras do Governo e os classificados como permanente podem ser vinculados a qualquer tipo de entidade governamental.

Comentários

O critério financeiro x permanente está relacionado à **dependência ou não de autorização orçamentária/legislativa**, nos termos do art. 105 da Lei n. 4.320/64.

Gabarito: C

6. (FGV/Contador/IMBEL/2021) Sobre os componentes do Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) As contas de compensação compreendem os bens e os valores que não podem afetar o patrimônio.
- b) O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis que dependem de autorização orçamentária.
- c) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- d) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outros pagamentos que independem de autorização orçamentária.
- e) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Comentários

- a. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,



Art. 105 § 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, **mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio**.

b. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105 § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis **independentemente** de autorização orçamentária e os valores numerários

c. **Certo.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105 § 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

d. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105 § 3º O Passivo **Financeiro** compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária

e. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105 § 4º O Passivo **Permanente** compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate

Gabarito: C

7. (FGV/Analista/TJ-RO/2021) A necessidade de autorização legislativa para realização e movimentação de valores registrados no ativo e no passivo é um requisito que caracteriza a classificação em:

- a) circulante e não circulante;
- b) efetivo e não efetivo;
- c) financeiro e não financeiro;
- d) individual e consolidado;
- e) operacional e não operacional.

Comentários

A classificação do passivo em financeiro e não financeiro (permanente) leva em consideração a necessidade de autorização orçamentária/legislativa. No Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em passivo financeiro e passivo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Gabarito: C

8. (FGV/Técnico Superior/DPE-RJ/2019) Na classificação de ativos e passivos no Balanço Patrimonial, o critério relacionado à dependência ou não de autorização orçamentária para movimentação de tais elementos gera as categorias:

- a) circulante e permanente;
- b) financeiro e permanente;
- c) orçamentário e extraorçamentário;
- d) originária e derivada;
- e) variações aumentativas e variações diminutivas.



Comentários

Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105, § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Gabarito: B

9. (FGV/Analista/MPE-RJ/2019) Considere os dados do Quadro I a seguir extraídos do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2018 de uma unidade da Federação, com valores expressos em milhares de reais.

Ativo Financeiro	2.870,00	Passivo Financeiro	1.340,00
Ativo Permanente	34.670,00	Passivo Permanente	19.520,00

A partir das informações apresentadas no Quadro I, o saldo patrimonial da unidade da Federação ao final do exercício de 2018 corresponde, em milhares de reais, a:

- a) 17.100,00; b) 16.680,00; c) 15.220,00; d) 15.150,00; e) 1.530,00.

Comentários

Saldo Patrimonial = Ativo Real – Passivo Real

Saldo Patrimonial = $(2.870,00 + 34.670) - (1.340,00 + 19.520)$

Saldo Patrimonial = 37.540 – 20.860 → **16.680,00**

Gabarito: B

10. (FGV/Contador/SEFIN-RO/2018) Entre as demonstrações contábeis, definidas na Lei n. 4.320/64, está o Balanço Patrimonial.

Em relação aos componentes dessa demonstração, assinale a afirmativa correta.

- a) O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis que dependem de autorização orçamentária e os valores numerários.
- b) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- c) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que dependem de autorização orçamentária.
- d) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que não dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- e) As Contas de Compensação compreendem os bens e as obrigações que não afetam o patrimônio.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.



a. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105. § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis **independentemente** de autorização orçamentária e os valores numerários.

b. **Certo.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105. § 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

c. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105. § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento **independa** de autorização orçamentária.

d. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105. § 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que **dependam** de autorização legislativa para amortização ou resgate.

e. **Errado.** Segundo a Lei n. 4.320/64,

Art. 105. § 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediatamente ou indiretamente, **possam vir a afetar o patrimônio**.

Gabarito: B

11. (FGV/Auditor/CGM Niterói/2018) No balanço patrimonial de uma entidade do setor público, os atos da administração, com potencial de modificar o patrimônio, devem ser registrados

- a) no ativo.
- b) no passivo.
- c) no resultado.
- d) no patrimônio líquido.
- e) nas contas de compensação.

Comentários

Segundo o MCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, **bem como os atos potenciais**, que são registrados em **contas de compensação**, as quais integram a natureza de informação de controle do PCASP.

Ainda, segundo o MCASP, os atos potenciais são definidos da seguinte forma:

Atos Potenciais: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediatamente ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Gabarito: E

12. (FGV/Analista/IBGE/2016) Balanço Patrimonial – Prefeitura Ansiosa em 31/12/2015



ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	256.100	Passivo Circulante	223.600
Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	247.000	Fornecedor (F)	110.500
Depósito Restituíveis – Caução (F)	3.900	Valores de Terceiros Restituíveis (F)	15.600
Estoques (P)	5.200	Precatórios a Pagar (P)	97.500
Ativo não Circulante	407.500	Passivo Não Circulante	130.000
<u>Imobilizado</u>		Empréstimos e Financiamento L/P	130.000
Veículos	26.000		
Imóvel - Edificações	390.000		
(-) Depreciação	(8.500)	Patrimônio Líquido	310.000
		Resultado Acumulado	310.000
TOTAL	663.600		663.600

Considerando as informações constantes no Balanço Patrimonial apresentado, o superávit ou déficit financeiro do exercício 2015 é:

- a) déficit financeiro de 32.500;
- b) superávit financeiro de 32.500;
- c) resultado nulo;
- d) superávit financeiro de 130.000;
- e) superávit financeiro de 124.800.

Comentários

Para encontrarmos o resultado financeiro a partir das informações disponibilizadas nessa questão, basta confrontarmos as contas com o atributo (F). Assim, temos:

Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	247.000
(+) Depósitos Restituíveis – Caução (F)	3.900
(-) Fornecedor (F)	(110.500)
(-) Valores de Terceiros Restituíveis (F)	(15.600)
(=) Superávit Financeiro	124.800

Gabarito: E

13. (FGV/Contador/Niterói/2015) Dados originados do Departamento de Contabilidade de uma entidade da administração pública.

Descrição	Valor
Consignações a pagar	2.460
Cauções em garantia de contratos	3.800
Retenção de obrigações de terceiros a recolher	6.250
Desvalorização e perdas com ativos	7.250
VPD pagas antecipadamente	12.650
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	13.950
Provisões de longo prazo	14.100



Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar 18.700

Intangível (Patentes)	32.480
Créditos de curto prazo	34.960
Investimentos (Participações societárias)	56.300
Exploração e venda de bens e serviços	183.700
Empréstimos e financiamentos	278.320
Veículos (Em arrendamento mercantil financeiro)	341.200

Considerando exclusivamente a identificação dos elementos patrimoniais apresentados no Quadro, a situação líquida do ente representa:

- a) 139.860; b) 146.710; c) 153.960; d) 303.810; e) 316.460.

Comentários

Vamos aproveitar a questão para elaborar o balanço patrimonial:

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Créditos de curto prazo	34.960,00	Empréstimos e financiamentos	278.320,00
VPD pagas antecipadamente	12.650,00	Provisões de longo prazo	14.100,00
		Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	18.700,00
		Consignações a pagar	2.460
		Cauções em garantia de contratos	3.800
		Retenção de obrigações de terceiros a recolher	6.250
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Intangível (Patentes)	32.480,00		
Investimentos (Participações societárias)	56.300,00	Patrimônio Líquido	153.960,00*
Veículos (Em arrendamento mercantil financeiro)	341.200,00		
Total do Ativo	477.590,00	Total do Passivo	477.590,00

*PL = total do Ativo – total do Passivo

$$PL = 477.590,00 - 323.630,00 \rightarrow \underline{\underline{153.960,00}}$$

Gabarito: C

14. (FGV/Agente/TCM-SP/2015) Saldos antes da apuração do resultado patrimonial do exercício encerrado em 31/12/20x4, da prefeitura municipal de Novo Mar.



<u>Descrição</u>	<u>Saldo (milhares)</u>
Transferências recebidas	32.800,00
Pessoal e encargos	21.300,00
Imobilizado	16.300,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	14.380,00
Empréstimos e financiamentos - LP	9.350,00
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	8.750,00
Intangível	4.500,00
Benefícios previdenciários e assistenciais	4.100,00
Ativo realizável a longo prazo	3.120,00
Contribuições	3.100,00
Patrimônio social	2.000,00
Investimentos	1.950,00
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	1.820,00
Créditos de curto prazo	1.560,00
Exploração e venda de bens e serviços	1.300,00
Estoques	1.120,00
Caixa e equivalentes de caixa	910,00
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	910,00
Transferências concedidas	890,00
Fornecedores a pagar	840,00
Desvalorização e perdas com Ativos	780,00
Provisões de longo prazo	750,00
VPD pagas antecipadamente	380,00
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	230,00

De acordo com o Quadro I, as obrigações exigíveis da prefeitura municipal de Novo Mar em 31/12/20x4 totalizaram:

- a) 12.760,00; b) 14.760,00; c) 16.860,00; d) 34.060,00; e) 38.160,00.

Comentários

Vamos classificar todas as contas, destacando as obrigações exigíveis:

Descrição	Saldo	Classificação
Transferências recebidas	32.800	Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)
Pessoal e encargos	21.300	Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)
Imobilizado	16.300	Ativo Não Circulante
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	14.380	Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)



Descrição	Saldo	Classificação
Empréstimos e financiamentos - LP	9.350	Passivo Não Circulante
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	8.750	Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)
Intangível	4.500	Ativo Não Circulante
Benefícios previdenciários e assistenciais	4.100	Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)
Ativo realizável a longo prazo	3.120	Ativo Não Circulante
Contribuições	3.100	Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)
Patrimônio social	2.000	Patrimônio Líquido
Investimentos	1.950	Ativo Não Circulante
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	1.820	Passivo Circulante
Créditos de curto prazo	1.560	Ativo Circulante
Exploração e venda de bens e serviços	1.300	Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)
Estoques	1.120	Ativo Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	910	Ativo Circulante
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	910	Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)
Transferências concedidas	890	Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)
Fornecedores a pagar	840	Passivo Circulante
Desvalorização e perdas com Ativos	780	Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)
Provisões de longo prazo	750	Passivo Não Circulante
VPD pagas antecipadamente	380	Ativo Circulante
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	230	Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)

Total das obrigações exigíveis = 9.350 + 1.820 + 840 + 750 → **12.760,00**

Gabarito: A

15. (FGV/Analista/CM Caruaru/2015) No Balanço Patrimonial da União, os créditos e valores realizáveis e as dívidas fundadas devem ser contabilizados, respectivamente,

- No Ativo Circulante e no Passivo Circulante.
- No Ativo Realizável a Longo Prazo e no Passivo Exigível a Longo Prazo.
- No Ativo Financeiro e no Passivo Financeiro.
- No Ativo Circulante e nas Contas de Compensação.
- No Ativo Permanente e no Passivo Permanente.



Comentários

Segundo o art. 105 da Lei n. 4.320/64,

§ 1º O **Ativo Financeiro** compreenderá os **créditos e valores realizáveis** independentemente de autorização orçamentária e os **valores numerários**.

§ 3º O **Passivo Financeiro** compreenderá as **dívidas fundadas** e outras pagamento **independe** de autorização orçamentária.

§ 4º O **Passivo Permanente** compreenderá as **dívidas fundadas** e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Conforme comentamos na aula, há um erro no texto da Lei, pois o correto tecnicamente seria considerar as dívidas fundadas no passivo permanente e as dívidas flutuantes no passivo financeiro. No entanto, conforme alertamos, as bancas aceitam a classificação das dívidas fundadas no passivo financeiro, tendo em vista a literalidade da Lei.

Gabarito: C

16. (FGV/Analista/DPE-MT/2015) De acordo com a Lei n. 4.320/64, o Balanço Patrimonial é formado por

- a) Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Contas de Compensação.
- b) Ativo Financeiro, Ativo não Financeiro, Passivo Financeiro, Passivo não Financeiro, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação.
- c) Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Patrimônio Líquido.
- d) Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação.
- e) Ativo Circulante, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial.

Comentários

Trata-se de exigência do art. 105 da Lei n° 4.320/64:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

Gabarito: D

17. (FGV/Auditor/Cuiabá/2014) De acordo com a Lei n° 4.320/64, sobre os componentes do Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa correta.

- a) O Ativo Financeiro compreende os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis que possuem autorização orçamentária.
- b) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas cujo pagamento depende de autorização orçamentária.
- c) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação independe de autorização legislativa.
- d) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas cuja amortização ou cujo resgate não dependem de autorização legislativa.



e) As Contas de Compensação registram os bens, os valores, as obrigações e as situações que podem afetar o patrimônio.

Comentários

a. **Errado.** Segundo o §1º do art. 105 da Lei n. 4.320/64, o Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis **independente**mente de autorização orçamentária e os valores numerários.

b. **Errado.** Segundo o §3º do art. 105 da Lei n. 4.320/64, o Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras que o pagamento **independa** de autorização orçamentária.

c. **Errado.** Segundo o §2º do art. 105 da Lei n. 4.320/64, o Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação **dependa** de autorização legislativa.

d. **Errado.** Segundo o §4º do art. 105 da Lei n. 4.320/64, o Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que **dependam** de autorização legislativa para amortização ou resgate.

e. **Certo.** Trata-se de exigência literal do disposto no §5º do art. 105 da Lei n. 4.320/64.

Gabarito: E

Atenção: Para responder à questão a seguir, considere as seguintes contas contábeis extraídas dos Balanços Orçamentário e Patrimonial levantados em 31/12/16 de determinada entidade do setor público.

Contas Contábeis	Valor R\$
Previsão Inicial da Receita	1.160.000
Ativo Circulante	750.000
Receita Realizada	1.270.000
Passivo Circulante	390.000
Despesa Empenhada	820.000
Ativo não Circulante	470.000
Saldo da Dotação	340.000
Despesa Liquidada	630.000
Passivo não Circulante	280.000
Despesa Empenhada Paga	590.000

18. (FCC/Analista/TRE-SP/2017) De acordo com os saldos contábeis apresentados, o patrimônio líquido da entidade em 31/12/2016 foi, em R\$, de

- a) 360.000. b) 470.000. c) 110.000. d) 550.000. e) 450.000.

Comentários

Para encontrarmos o valor do Patrimônio Líquido, temos que encontrar o valor do ativo e o valor do passivo. A diferença entre o valor do ativo e o valor do passivo nos retornará o valor do PL. Assim, temos:

Ativo

Ativo Circulante	750.000,00
(+) Ativo Não Circulante	<u>470.000,00</u>
Total	1.220.000,00



Passivo

Passivo Circulante	390.000,00
(+) Passivo Não Circulante	<u>280.000,00</u>
Total	670.000,00

$$PL = A - P$$

$$PL = 1.220.000 - 670.000 = 550.000,00$$

Gabarito: D

Atenção: Para responder às questões, considere, abaixo, o código de classificação das contas, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e o saldo das contas apresentadas no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 de determinado ente público.

Balanço Patrimonial de 31.12.2015

Código	Conta	Valor em R\$
1.1.1.1.0.00.00	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	250
2.1.8.8.0.00.00	Valores Restituíveis	40
1.1.2.5.0.00.00	Dívida Ativa Tributária	90
2.1.2.1.0.00.00	Empréstimos a curto prazo – interno	80
1.2.3.1.0.00.00	Bens móveis	380
1.1.3.5.0.00.00	Depósitos restituíveis e valores vinculados	110
2.2.2.1.0.00.00	Empréstimos a longo prazo – interno	250
1.2.4.2.0.00.00	Marcas, direitos e patentes industriais	170
2.1.1.1.0.00.00	Pessoal a pagar	70
1.2.3.2.0.00.00	Bens Imóveis	720
1.1.2.1.0.00.00	Créditos tributários a receber	150
2.2.1.4.0.00.00	Encargos sociais a pagar	210
2.1.3.1.0.00.00	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	160
1.2.3.8.1.05.00	(-) Depreciação acumulada de bens móveis	120
2.2.1.1.0.00.00	Pessoal a pagar - Precatórios a longo prazo	190

19. (FCC/Analista/TRT23/2016) O Patrimônio Líquido (Resultados Acumulados) apurado, conforme Balanço Patrimonial de 31/12/2015, soma, em R\$,

- a) 500. b) 750. c) 400. d) 1.750. e) 1.150.

Comentários

Vamos aproveitar essa questão para montarmos o balanço patrimonial.

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	250	Valores Restituíveis	40
Dívida Ativa Tributária	90	Empréstimos a curto prazo – interno	80
Depósitos restituíveis e valores vinculados	110	Pessoal a pagar	70
Créditos tributários a receber	150	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	160



ATIVO		PASSIVO	
Ativo Não Circulante	R\$	Passivo Não Circulante	R\$
Bens móveis	380	Empréstimos a longo prazo – interno	250
Marcas, direitos e patentes industriais	170	Encargos sociais a pagar	210
Bens imóveis	720	Pessoal a pagar - Precatórios a longo prazo	190
(-) Depreciação acumulada de bens móveis	(120)	Patrimônio Líquido	750*
Total do Ativo	1.750	Total do Passivo	1.750

*O Patrimônio líquido pode ser obtido pela diferença entre o ativo e o passivo.

Pessoal, na hora da prova não precisa montar o balanço, ok? Veja que a banca facilitou a nossa vida ao inserir os códigos. Os códigos 1.1 representam o ativo circulante; 1.2 o ativo não circulante; 2.1 o passivo circulante; e 2.2 o passivo não circulante.

Gabarito: B

20. (FCC/Analista/TRT23/2016) O passivo não circulante soma, em R\$,

- a) 690. b) 650. c) 720. d) 440. e) 760.

Comentários

Para chegar ao gabarito da questão, basta somar os códigos 2.2. Conforme o nosso balanço estruturado na questão anterior, o valor do passivo não circulante é de 650.

Gabarito: B

21. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT23/2016) O ativo circulante soma, em R\$,

- a) 600. b) 510. c) 770. d) 710. e) 640.

Comentários

Para chegar ao gabarito da questão, basta somar os códigos 1.1. Conforme o nosso balanço estruturado na questão anterior, o valor do ativo circulante é de 600.

Gabarito: A

22. (FCC/Analista/TRT4/2015) De acordo com a estrutura do Balanço Patrimonial do setor público, entre outros, integram o Ativo não Circulante

- a) o realizável a longo prazo, os investimentos e o imobilizado.
b) os créditos a curto prazo, os estoques e os investimentos.
c) os valores em caixa, os créditos a curto prazo e os estoques.
d) os créditos realizáveis a curto e a longo prazo e os investimentos.
e) a dívida ativa a receber a curto prazo, os investimentos e o imobilizado.

Comentários

a. **Certo.** Perfeito! Compõem o ativo não circulante o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.

b. **Errado.** Os créditos realizáveis a curto prazo e os estoques compõem o ativo circulante.



- c. **Errado.** Todas as rubricas compõem o ativo circulante.
- d. **Errado.** Os créditos realizáveis a curto prazo compõem o ativo circulante.
- e. **Errado.** A dívida ativa a receber a curto prazo compõe o ativo circulante.

Gabarito: A

23. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Atenção: Para responder à questão, considere o saldo do ativo imobilizado do balancete patrimonial em 31/05/2015, no valor de R\$ 1.810.000,00 e as seguintes transações realizadas durante o mês junho de 2015, por uma autarquia pública (valores em reais):

- Aquisição de dois veículos pelo valor total de 90.000,00
- Serviços de funilaria e pintura em veículos 20.000,00
- Doação de um imóvel ao município de Águas Barrentas 200.000,00
- Aquisição de 10 computadores 30.000,00
- Alienação de bens imóveis pelo valor contabilizado 150.000,00
- Aquisição de 24 pneus p/ veículos da frota da entidade 10.000,00
- Recebimento, em doação, de 2 aparelhos de tomografia 70.000,00

Considerando as transações realizadas, o saldo do ativo imobilizado do balancete patrimonial, em 30/06/2015, totaliza, em reais,

- a) 1.670.000,00 b) 1.650.000,00 c) 1.680.000,00 d) 1.580.000,00 e) 1.660.000,00

Comentários

Vamos identificar o impacto de cada operação no ativo imobilizado.

- Aquisição de dois veículos pelo valor total de 90.000,00

Lançamento

D – Ativo Imobilizado (veículos)

C – Caixa ... 90.000,00

Impacto: aumento do ativo imobilizado em 90.000,00.

- Serviços de funilaria e pintura em veículos 20.000,00

Lançamento

D – VPD (serviços)

C – Caixa ... 20.000,00

Impacto: não há impacto no ativo imobilizado

- Doação de um imóvel ao município de Águas Barrentas 200.000,00

Lançamento

D – VPD (doações)

C – Ativo Imobilizado ... 200.000,00

Impacto: diminuição do ativo imobilizado em 200.000,00.



- Aquisição de 10 computadores 30.000,00

Lançamento

D – Ativo Imobilizado

C – Caixa ... 30.000,00

Impacto: diminuição do ativo imobilizado em 200.000,00.

- Alienação de bens imóveis pelo valor contabilizado 150.000,00

Lançamento

D – Caixa

C – Ativo Imobilizado... 150.000,00

Impacto: diminuição do ativo imobilizado em 150.000,00.

- Aquisição de 24 pneus p/ veículos da frota da entidade 10.000,00

Lançamento

D – Estoques (material de consumo)

C – Caixa ... 10.000,00

Impacto: diminuição do ativo imobilizado em 10.000,00.

- Recebimento, em doação, de 2 aparelhos de tomografia 70.000,00

Lançamento

D – Ativo Imobilizado

C – VPA (doações) ... 70.000,00

Impacto: diminuição do ativo imobilizado em 70.000,00.

Logo, o valor do ativo imobilizado será de:

1.810.000,00 (saldo inicial) + 90.000,00 – 200.000,00 + 30.000,00 – 150.000,00 + 70.000,00 = **1.650.000,00**

Gabarito: B

24. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Os valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis devem ser classificados, no Balanço Patrimonial, como

- a) passivo não circulante.
- b) ativo circulante.
- c) passivo circulante.
- d) realizáveis a curto prazo.
- e) exigíveis a longo prazo.

Comentários

Os passivos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios:



- a. corresponderem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis;
b. corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Os demais passivos devem ser classificados como não circulante.

Gabarito: C

25. (FCC/Auditor/MPE-PB/2015) Nos termos dos Anexos da Lei nº 4.320/1964, o passivo real a descoberto e o ativo real líquido são contas pertencentes ao

- a) balanço orçamentário.
- b) balanço financeiro.
- c) balanço patrimonial.
- d) relatório de gestão fiscal.
- e) demonstrativo das variações patrimoniais.

Comentários

No **balanço patrimonial** o saldo patrimonial pode estar configurado da seguinte forma:

Situações possíveis do saldo patrimonial	
Valor do saldo	Situação
Saldo Patrimonial = 0 Ativo Real = Passivo Real	Neutra
Saldo Patrimonial > 0 (positivo) Ativo Real > Passivo Real	Ativo Real Líquido
Saldo Patrimonial < 0 (negativo) Ativo Real < Passivo Real	Passivo Real a Descoberto

Gabarito: C

26. (FCC/Auditor/CGM São Luís/2015) Considere as informações extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública municipal referente ao mês de maio de X1:

- Liquidação da despesa com Material de Consumo entregue pelo fornecedor em 15/05/X1, no valor de R\$ 20.000,00, para pagamento em junho de X1.
- Lançamento e Arrecadação de Taxas no valor de R\$ 600.000,00.
- Pagamento de Despesa com Pessoal que atua na manutenção das atividades governamentais no valor de R\$ 160.000,00. A liquidação da despesa ocorreu em abril de X1.
- Distribuição gratuita de material no valor de R\$ 34.000,00.
- Prestação de Serviços no valor de R\$ 50.000,00 para recebimento em junho de X1.
- Reconhecimento da Depreciação do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 64.000,00.
- Reconhecimento do aumento da Dívida Fundada em R\$ 3.000,00, decorrente de variação cambial.

Com base nessas informações, em maio de X1 e em reais, o saldo do ativo total foi aumentado em

- a) 412.000,00. b) 409.000,00. c) 572.000,00. d) 396.000,00. e) 362.000,00.

Comentários

Vamos identificar o impacto de cada operação no patrimônio da entidade.



– Liquidação da despesa com Material de Consumo entregue pelo fornecedor em 15/05/X1, no valor de R\$ 20.000,00, para pagamento em junho de X1.

Nessa operação temos um **aumento do ativo em 20.000,00** e, em contrapartida, reconhecemos um passivo de igual valor.

– Lançamento e Arrecadação de Taxas no valor de R\$ 600.000,00.

Nessa operação temos um **aumento do ativo em 60.000,00** e, em contrapartida, reconhecemos uma VPA de igual valor.

– Pagamento de Despesa com Pessoal que atua na manutenção das atividades governamentais no valor de R\$ 160.000,00. A liquidação da despesa ocorreu em abril de X1.

Nessa operação temos uma **redução do ativo e do passivo em 160.000,00**.

– Distribuição gratuita de material no valor de R\$ 34.000,00.

Nessa operação temos uma **redução do ativo em 34.000,00** e, em contrapartida, reconhecemos uma VPD de igual valor.

– Prestação de Serviços no valor de R\$ 50.000,00 para recebimento em junho de X1.

Nessa operação temos um **aumento do ativo em 50.000,00** e, em contrapartida, reconhecemos uma VPA pelo mesmo montante.

– Reconhecimento da Depreciação do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 64.000,00.

Nessa operação temos uma **redução do ativo em 64.000,00** e, em contrapartida, reconhecemos uma VPD pelo mesmo montante.

– Reconhecimento do aumento da Dívida Fundada em R\$ 3.000,00, decorrente de variação cambial.

Nessa operação temos um aumento do passivo em 3.000,00 e reconhecemos uma VPD pelo mesmo montante. Logo, não afeta o ativo.

Logo, considerando as alterações patrimoniais acima descritas verificamos um **aumento do ativo de 412.000,00** ($20.000 + 600.000 - 160.000 - 34.000 + 50.000 - 64.000$)

Gabarito: A

27. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) De acordo com a Estrutura do Balanço Patrimonial, as Cotas em Tesouraria serão classificadas como

- a) Realizável a longo prazo.
- b) Imobilizado.
- c) Patrimônio Líquido.
- d) Realizável a curto prazo.
- e) Investimentos.

Comentários

Conforme estudamos, a rubrica “**Cotas em Tesouraria**” compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade. Vamos visualizar novamente a estrutura do balanço patrimonial (lado do passivo + PL):



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Obrigações de Repartições a Outros Entes		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo		
Total do Passivo Circulante		
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Provisões a Longo Prazo		
Demais Obrigações a Longo Prazo		
Resultado Diferido		
Total do Passivo Não Circulante		
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados		
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido		
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

Grau decrescente de exigibilidade

Observe que a rubrica “Cotas em Tesouraria” é uma conta redutora do PL.

Gabarito: C

28. (FCC/Auditor Conselheiro Substituto/TCM-GO/2015) De acordo com a Estrutura definida para o Balanço Patrimonial no MCASP, a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em

- “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.
- “circulante” e “não circulante”, com base na sua dependência ou não da execução orçamentária.
- “Financeiro” e “Permanente”, com base na sua dependência ou não da execução orçamentária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II. b) I. c) II e III. d) I e II. e) III.

Comentários

A classificação do ativo e do passivo considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Gabarito: B

29. (FCC/Analista/SEFAZ-PI/2015) Instrução: Para responder à questão, considere as informações a seguir: No mês de março de 2015, o Secretário da Fazenda do Estado do Cerrado do Norte solicitou ao setor de contabilidade que procedesse a reserva de recursos orçamentários, no valor de R\$ 60.000,00, destinados à aquisição de vinte computadores para o departamento de rendas mobiliárias. A aquisição dos vinte computadores, no Balanço Patrimonial, será classificada como



- a) despesa de capital.
- b) ativo não circulante – imobilizado.
- c) ativo circulante – permanente.
- d) ativo não circulante – intangível.
- e) ativo circulante – bens móveis.

Comentários

Segundo o MCASP, o Ativo Não Circulante - Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Logo, a aquisição de vinte computadores para o departamento de rendas mobiliárias deve ser classificada dentro do Ativo Não Circulante – Imobilizado.

Gabarito: B

30. (CESPE/Auditor/CGE-CE/2019) A tabela seguinte contém informações que subsidiarão o gestor contábil de um ente público na preparação do balanço patrimonial desse ente.

contas (em R\$)	
caixa	5.000
aplicação de curto prazo	8.000
provisões a curto prazo	2.000
obrigações trabalhistas	45.000
estoque de materiais em almoxarifado	6.000
créditos realizáveis	20.000
fornecedores	15.000
máquinas e equipamentos	50.000
depreciação acumulada	10.000
variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente	7.000
imóveis	40.000
financiamento de longo prazo	18.000
suprimentos a serem consumidos na prestação de serviços	3.000
materiais culturais	1.000
ajuste de avaliação patrimonial	4.000
patrimônio/capital social	46.000

O gestor, a partir das informações apresentadas na tabela, estimou, em sua prévia, que o ativo totalizava R\$ 123.000. Um auditor de controle interno, após conferir a estimativa do gestor, identificou erro na avaliação.

Nesse caso, a declaração do auditor deve ter apontado que o total do ativo estava

- a) subavaliado em R\$ 2.000, pois provisões a curto prazo são contas de ativo.
- b) subavaliado em R\$ 4.000, pois ajuste de avaliação patrimonial é conta retificadora de ativo.
- c) subavaliado em R\$ 7.000, pois variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente é conta de ativo.
- d) superavaliado em R\$ 20.000, pois créditos realizáveis são contas de passivo.
- e) superavaliado em R\$ 3.000, pois suprimentos a serem consumidos na prestação de serviços são despesa operacional.

Comentários

Prezados, questão do tipo “tamanho não é documento”. Nem precisava fazer cálculos. Na opção “A” o termo provisões remete ao passivo e não ao ativo como informado. Na opção “B”, a conta ajuste de avaliação



patrimonial é uma conta do PL e não redutora do ativo. Na opção “D”, créditos realizáveis são contas do ativo e não do passivo. Por fim, na opção “E”, os suprimentos são estoques, ativos e não despesas. Logo, por exclusão você chegaria à resposta.

Gabarito: C

A tabela a seguir representa o balancete de verificação que dará origem ao balanço patrimonial de um ente público.

contas (em reais)	
disponível	10.500
salários e encargos	220.000
provisões (curto prazo)	8.000
receita de transferência	198.000
estoque de materiais de consumo (curto prazo)	28.000
financiamentos (longo prazo)	35.000
tributos a recolher	45.000
veículos pesados	70.000
depreciação acumulada	14.000
variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente (curto prazo)	1.500
terreno	120.000
despesa de água	6.000
receita de taxas	95.000
receita de aplicações	1.000
materiais permanentes	34.000
aplicações financeiras (curto prazo)	12.000
patrimônio/capital social	100.000
despesas de aluguel	34.000

31. (CESPE/MPC TCE PA/2019) Após a classificação das contas do balancete da tabela B, o balanço patrimonial apresentará em seu ativo circulante e não circulante, respectivamente, os montantes, em reais, iguais a

- a) 50.500 e 210.000. b) 52.000 e 210.000. c) 52.000 e 224.000.
d) 60.000 e 224.000. e) 60.000 e 216.000.

Comentários

Classificando as contas do ativo circulante e não circulante, temos:

Ativo Circulante

Disponível	10.500,00
Estoque de materiais de consumo (curto prazo)	28.000,00
Aplicações financeiras (curto prazo)	12.000,00
VPD paga antecipadamente (curto prazo)	<u>1.500,00</u>
Total do Ativo Circulante	52.000,00

Ativo Não Circulante

Veículos pesados	70.000,00
------------------	-----------



(-) depreciação acumulada	(14.000,00)
Terreno	120.000,00
Materiais permanentes	<u>34.000,00</u>
Total do Ativo Não Circulante	210.000,00

Gabarito: B

32. (CESPE/MPC TCE PA/2019) A partir do balancete de contas apresentado na tabela, o valor total do passivo (de curto prazo e longo prazo), em reais, do ente público em questão é igual a

- a) 383.500. b) 382.000. c) 308.000. d) 88.000. e) 80.000.

Comentários

No rol de contas as seguintes são do passivo:

Provisões (curto prazo)	8.000,00
Financiamentos (longo prazo)	35.000,00
Tributos a recolher	<u>45.000,00</u>
Passivo Total	88.000,00

Gabarito: D

33. (CESPE/MPC TCE PA/2019) Assinale a opção que identifica um subgrupo da classe passivo.

- a) receita diferida líquida
b) créditos realizáveis a longo prazo
c) execução de restos a pagar
d) receita corrente
e) juros e encargos da dívida pagos

Comentários

- a. **Certo.** As receitas diferidas são classificadas no passivo não circulante, classe 2 do PCASP.
b. **Errado.** Os créditos realizáveis a longo prazo são classificados no ativo não circulante (Classe 1 do PCASP).
c. **Errado.** A execução de restos a pagar é uma conta da classe 6 do PCASP – Controles da execução do planejamento e orçamento.
d. **Errado.** As receitas correntes geram como regra variações patrimoniais aumentativas, classe 4 do PCASP.
e. **Errado.** Os juros e encargos da dívida pagos geram variações patrimoniais diminutivas, classe 3 do PCASP.

Gabarito: A

34. (CESPE/Auditor/CGM João Pessoa/2018) Julgue o item seguinte no que se refere às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

O balanço patrimonial do setor público deve ter, em seu quadro principal, ativos e passivos classificados em circulante e não circulante, e, em atendimento à Lei n. 4.320/1964, deverá conter, também, quadro secundário no qual são apresentados os ativos e passivos financeiros e permanentes.

Comentários

Excelente questão para confirmar aquilo que sempre comentamos nas nossas aulas: devemos saber as duas estruturas do balanço patrimonial! Segundo o MCASP, o Balanço Patrimonial é composto por:



- Quadro Principal (elementos classificados em circulante e não circulante);
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Segundo o Manual, a Lei n. 4.320/64 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos (Financeiro e Permanente) em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. É justamente por essa previsão legal que a nova estrutura prevê um quadro anexo dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Gabarito: Certo

35. (CESPE/Analista/TCE-PE/2017) As Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (DCASP) fornecem aos usuários informações a respeito dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades. A partir das demonstrações, o auditor de contas públicas poderá identificar, no balanço patrimonial, os direitos e as obrigações que possam afetar o patrimônio e que são caracterizados como contas de compensação.

Comentários

Perfeito! Nos termos do MCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Gabarito: Certo

36. (CESPE/Analista/TCE-PE/2017) As Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (DCASP) fornecem aos usuários informações a respeito dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades. A partir das demonstrações, o auditor de contas públicas poderá identificar, no balanço patrimonial, o superávit ou o déficit financeiro do ente federativo.

Comentários

De fato, é no balanço patrimonial que encontramos o superávit/déficit financeiro, por meio do confronto entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Gabarito: Certo

37. (CESPE/Analista/ANS/2013) Determinada entidade do setor público apresentou os eventos registrados abaixo em seu primeiro exercício financeiro, ocorrido em 2012.

- Aprovação da Lei Orçamentária Anual, com previsão da receita e fixação da despesa no valor de R\$ 150.000,00;
- Arrecadação de impostos no valor de R\$ 60.000,00;
- Empenho, consumo e pagamento de despesas com serviços de água, luz e telefone durante o ano, no valor de R\$ 20.000,00;
- Recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 100.000,00;
- Compra de veículo para uso no valor de R\$ 30.000,00, com recebimento imediato do bem, inscrito integralmente em restos a pagar ao final do exercício financeiro de 2012.

Com base nos eventos acima registrados, julgue o item que se segue, acerca do fechamento das demonstrações contábeis do ano de 2012 da referida entidade conforme a Lei n.º 4.320/1964.

No balanço patrimonial, o ativo real totalizou R\$ 170.000,00.



Comentários

Vamos verificar o impacto de cada evento no Balanço Patrimonial.

- Aprovação da Lei Orçamentária Anual, com previsão da receita e fixação da despesa no valor de R\$ 150.000,00;

A simples aprovação da LOA em nada impacta no balanço patrimonial.

- Arrecadação de impostos no valor de R\$ 60.000,00;

A arrecadação de impostos aumenta o caixa da entidade. Logo, temos um aumento de ativo de 60.000,00.

- Empenho, consumo e pagamento de despesas com serviços de água, luz e telefone durante o ano, no valor de R\$ 20.000,00;

Como houve o pagamento de despesas, obviamente que esse valor impactará o caixa da entidade. Logo, temos uma diminuição de ativo de 20.000,00.

- Recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 100.000,00;

Nesse fato temos um aumento de ativo de 100.000,00.

- Compra de veículo para uso no valor de R\$ 30.000,00, com recebimento imediato do bem, inscrito integralmente em restos a pagar ao final do exercício financeiro de 2012.

Nessa operação houve o reconhecimento de um ativo (veículo) no valor de 30.000,00. Observe que não houve impacto no caixa, pois esse valor foi inscrito em RP. Logo, temos um aumento de ativo de 30.000,00.

Portanto, temos o seguinte impacto total:

$$+ 60.000,00 - 20.000,00 + 100.000,00 + 30.000,00 = \underline{170.000,00}$$

Logo, o ativo real totalizou 170.000,00.

Gabarito: Certo

38. (CESPE/Especialista/Ciências Contábeis/ANTT/2013) De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue o próximo item, acerca das demonstrações contábeis.

No balanço patrimonial, o ativo real é dado pelo somatório das parcelas que compõem o ativo financeiro e o ativo não financeiro ou permanente. Já o passivo real é constituído pelo somatório das parcelas que compõem o passivo financeiro e o passivo não financeiro ou permanente.

Comentários

Perfeito! O item expõe corretamente a estrutura que estudamos prevista na Lei nº 4.320/64.

$$AR = AF + AP$$

$$PR = PF + PP$$

Gabarito: Certo

39. (CESPE/Contador/PF/2014) A respeito da composição do patrimônio público, do ativo, do passivo e das variações patrimoniais, julgue o item que se segue.

No balanço patrimonial da União, o saldo patrimonial corresponde à diferença entre o ativo real e o passivo real, sendo também igual ao patrimônio líquido, sob o enfoque patrimonial, conforme a estrutura do balanço definida no manual de contabilidade aplicada ao setor público, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Comentários

Questão importante para chegarmos à conclusão de que a estrutura da Lei nº 4.320/64 é totalmente diferente do que prevê a nova estrutura proposta pela NBC TSP 11 e MCASP.



A estrutura da Lei 4.320/64 possui enfoque orçamentário e divide o ativo e o passivo em financeiro e permanente. A nova estrutura (MCASP) divide o ativo e o passivo de acordo com o grau de conversibilidade/exigibilidade, ou seja, o critério basicamente está ligado ao prazo.

Nesse sentido, tendo em vista o enfoque diferente entre essas estruturas, o saldo patrimonial (estrutura da Lei 4.320) é diferente do Patrimônio Líquido (estrutura do MCASP). Veja a resposta a essa questão dada pela própria banca:

Os ativos e passivos financeiros e permanentes são avaliados para a definição do saldo patrimonial. Algumas transações que afetam o ativo real (exemplo do empenho que afeta o passivo financeiro) não têm influência no patrimônio líquido (enfoque patrimonial, contábil). Nesse caso, o patrimônio líquido fica diferente do saldo patrimonial.

Gabarito: Errado

40. (CESPE/Contador/MTE/2014) Considere que no primeiro exercício financeiro de determinada unidade gestora do MTE tenham sido registrados os seguintes eventos:

- I aprovação da lei orçamentária anual, com previsão de receita e fixação de despesa, no valor de R\$ 220.000,00;
- II lançamento de impostos no valor de R\$ 110.000,00, com arrecadação de 60% desse valor;
- III compra de imóvel à vista, no valor de R\$ 60.000,00, com recebimento imediato do bem;
- IV empenho e liquidação de serviços de vigilância no valor de R\$ 48.000,00, com 50% desse valor pago e o restante inscrito em restos a pagar;
- V ingressos extraorçamentários no valor de R\$ 20.000,00.

Com base nessas informações, julgue o item que se segue, relativo ao regime contábil e aos critérios utilizados para elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

No balanço patrimonial, o total do passivo circulante foi de R\$ 24.000,00.

Comentários

Apenas os eventos IV e V afetam o passivo circulante.

IV empenho e liquidação de serviços de vigilância no valor de R\$ 48.000,00, com 50% desse valor pago e o restante inscrito em restos a pagar;

Observe que houve pagamento de metade do valor. Logo, o restante a pagar (inscrito em restos a pagar) vai compor o passivo circulante.

Impacto no passivo circulante = 24.000,00

V ingressos extraorçamentários no valor de R\$ 20.000,00.

Esses ingressos extraorçamentários compõem também o passivo circulante.

Impacto no passivo circulante = 20.000,00

Portanto, o impacto total no passivo circulante foi de **44.000,00**.

Gabarito: Errado

41. (CESPE/Contador/MTE/2014) Acerca da composição do patrimônio público, julgue o próximo item.

Caso os passivos sejam pagos durante o ciclo operacional normal da entidade, eles serão classificados como circulante.

Comentários



Segundo o MCASP, o passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

Gabarito: Certo

42. (CESPE/Contador/TCE-RO/2013) Em relação ao sistema de contabilidade federal, à conceituação, ao objeto e ao campo de aplicação da contabilidade e suas variações, julgue o item seguinte.

Na contabilidade governamental, o ativo classifica-se em circulante e não circulante, o que não impede a aplicação do previsto na Lei n.º 4.320/1964, que divide o ativo em financeiro e permanente, para a elaboração do balanço patrimonial.

Comentários

Atualmente, temos duas estruturas “paralelas” e igualmente válidas, principalmente para fins de concursos. Na prática a estrutura prevista na Lei 4.320/64 encontra-se atualmente em desuso, haja vista que a NBC TSP 11/MCASP trouxe nova estrutura alinhada aos padrões internacionais.

Portanto, o item está perfeito e nos retorna o entendimento que devemos ter atualmente nas provas.

Gabarito: Certo

43. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/2013) A partir da edição das normas brasileiras de contabilidade e da publicação do manual de contabilidade aplicada ao setor público pela Secretaria do Tesouro Nacional, o balanço patrimonial passou a evidenciar, no ativo circulante e no não circulante, itens que antes eram classificados no ativo não financeiro.

Comentários

Mais um item que exige o conhecimento integrado das duas estruturas. Conforme estudamos, com a nova estrutura da NBC TSP 11/MCASP, o ativo passou a ser segregado em circulante e não circulante. Assim, itens antes classificados no ativo não financeiro (permanente) passou a ser classificado na nova estrutura no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo.

Gabarito: Certo

44. (CESPE/Analista/TRT10/2013) No balanço patrimonial, especificamente no quadro referente às compensações, devem ser incluídos os atos potenciais do ativo e do passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o patrimônio, como, por exemplo, as obrigações conveniadas ou contratadas.

Comentários

No quadro referente às compensações, deverão ser incluídos os atos potenciais do ativo e do passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o patrimônio, como por exemplo, direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias de valores recebidas e concedidas; e outros atos potenciais do ativo e do passivo.

Gabarito: Certo

45. (CESPE/Analista/MPU/2010)

Ativo Financeiro	1.310
Ativo Permanente ou não financeiro	825
Passivo Financeiro	1.280
Passivo Permanente ou não financeiro	720
Movimentação no compensado	2.040



Considerando os dados apresentados na tabela acima, extraídos do balanço patrimonial de determinada entidade governamental, julgue o próximo item.

O saldo patrimonial da entidade é de R\$ 105.000,00.

Comentários

O saldo patrimonial é obtido por meio da diferença entre o ativo real e do passivo real.

$$AR = AF + AP$$

$$AR = 1.310 + 825$$

$$AR = 2.135$$

$$PR = PF + PP$$

$$PR = 1.280 + 720$$

$$PR = 2.000$$

$$\text{Saldo Patrimonial} = AR - PR$$

$$\text{Saldo Patrimonial} = 2.135 - 2.000$$

$$\text{Saldo Patrimonial} = 135$$

Portanto, O saldo patrimonial da entidade é de R\$ 135.000,00.

Gabarito: Errado

46. (CESPE/Analista/ANATEL/2009) Considere que um ente da administração tenha apresentado, ao final do exercício, entre outros, os seguintes saldos.

disponível: R\$ 3 milhões*

superávit financeiro: R\$ 4 milhões

passivo real descoberto: R\$ 500 mil

passivo permanente: R\$ 5,5 milhões

*o dobro do saldo do início do exercício

Com base nessas informações, julgue o próximo item.

O ativo permanente corresponde a R\$ 2 milhões.

Comentários

A questão exige conhecimentos da estrutura do Balanço Patrimonial. Para responder essa questão o candidato deveria saber duas coisas:

1º) Superávit financeiro = AF - PF, onde

$$AF = \text{Ativo Financeiro}$$

$$PF = \text{Passivo Financeiro}$$

2º) Saldo Patrimonial = AR - PR, onde

AR = Ativo Real, representado pela soma do AF e o AP, ou seja (AF + AP)

PR = Passivo Real, representado pela soma do PF e o PP, ou seja (PF + PP)

Lembrando que se o saldo for positivo temos Ativo Real Líquido e caso seja negativo temos Passivo Real a Descoberto.

Sendo assim, bastaria o candidato efetuar o seguinte cálculo:



Saldo Patrimonial (Passivo Real a Descoberto) = (AF + AP) - (PF + PP)

-0,5 milhões = (AF - PF) + AP - 5,5 milhões

-0,5 milhões = 4 milhões + AP - 5,5 milhões

-0,5 milhões = AP - 1,5 milhões

AP = 1 milhão

Portanto, o item está errado, pois o Ativo Permanente corresponde a 1 milhão!

Gabarito: Errado

47. (VUNESP/Técnico/CM Indaiatuba/2018) Segundo a Lei n. 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstrará:

- a) o ativo circulante e não circulante, o passivo circulante e o não circulante, bem como a demonstração do superávit financeira, além das contas de compensação.
- b) o ativo disponível, realizável a longo prazo e permanente, assim como o passivo exigível e exigível de longo prazo, além do patrimônio social.
- c) as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, além dos ativos e passivos financeiros e orçamentários.
- d) o ativo financeiro e permanente, o passivo financeiro e permanente, bem como o saldo patrimonial e as contas de compensação.
- e) Ativo e passivo financeiros e orçamentários, além das movimentações das variações patrimoniais, e das contas de compensações.

Comentários

Clássica exigência do art. 105 da Lei n. 4.320/64,

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

Gabarito: D

48. (VUNESP/Analista/CM Pirassununga/2016) No Balanço Patrimonial o passivo financeiro corresponde:

- a) ao saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.
- b) aos recursos de exercícios anteriores, utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente.
- c) aos passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções.
- d) as consignações em folha de pagamento.
- e) as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar no curto prazo.

Comentários

Segundo a estrutura do balanço patrimonial da Lei 4.320/64, o ativo e o passivo são divididos em financeiro e permanente. O que diferencia os financeiros dos permanentes é a dependência ou não de autorização orçamentária/legislativa.



Segundo o art. 105 da Lei n. 4.320/64,

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras [cujo] pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediatamente ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Gabarito: C

49. (VUNESP/IPSMI/2016) Conforme o art. 105 da Lei n.º 4.320/1964, o ativo no Balanço Patrimonial é classificado da seguinte forma:

- a) ativo imobilizado e ativo intangível.
- b) ativo financeiro e ativo permanente.
- c) ativo da concessão e ativo registrado.
- d) receita tributária e receita patrimonial.
- e) créditos a longo prazo e VPD paga antecipadamente.

Comentários

Que barbada! Segundo o art. 105 da Lei n. 4.320/64,

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo **Financeiro**;
- II - O Ativo **Permanente**;
- [...]

Gabarito: B

50. (VUNESP/Contador/TJ-SP/2015) Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são denominados de

- a) patrimônio líquido. b) ativo intangível. c) ativo imobilizado. d) ativo circulante. e) ativo não circulante.

Comentários

Segundo o MCASP, os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são os denominados ativos intangíveis.

Incorpóreo = imaterial = intangível = sem substância física

Gabarito: B



- 51. (VUNESP/Contador/TJ-SP/2015)** O ativo deve ser classificado como circulante quando
- a) estiver disponível para realização imediata ou corresponder a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.
 - b) estiver disponível para realização imediata ou corresponder a valores exigíveis até três meses após a data das demonstrações contábeis.
 - c) corresponder a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis ou tiver a expectativa de realização até seis meses após a data das demonstrações contábeis.
 - d) estiver disponível para realização imediata ou tiver a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
 - e) corresponder a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis ou corresponder a valores disponíveis para realização até dezoito meses após a data das demonstrações contábeis.

Comentários

Os ativos devem ser classificados como “**circulante**” quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) **estarem disponíveis para realização imediata;**
- b) **tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.**

Os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

Gabarito: D

- 52. (VUNESP/Assistente/CM Caieiras/2015)** De acordo com a Lei n. 4.320/64, os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa estão compreendidos no Balanço Patrimonial Público pelo

- a) Ativo Financeiro.
- b) Passivo Permanente.
- c) Ativo Permanente.
- d) Passivo Permanente.
- e) Passivo Patrimonial.

Comentários

Mais uma questão que explora o disposto no art. 105 da Lei n. 4.320/64:

Atr. 105, § 2º O Ativo **Permanente** compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação **dependa de autorização legislativa**.

Gabarito: C

- 53. (VUNESP/Analista/PRODEST/2014)** Quanto à Lei n.º 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstrará as contas de compensação e nelas serão registrados(as)

- a) as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- b) as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- c) os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários.
- d) os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.
- e) os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.



Comentários

Outra exigência do art. 105, agora do parágrafo quinto:

Art. 105, § 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediatamente ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Acho que você já percebeu a importância de saber a literalidade das disposições presentes na Lei 4.320/64 sobre as demonstrações contábeis, não é mesmo?

Gabarito: D

54. (VUNESP/Analista/SEFAZ-SP/2013) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, por meio de contas representativas do patrimônio público, a situação patrimonial da entidade pública, além das contas de compensação.

De acordo com o texto apresentado, classifique os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F).

() Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

() Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos esperase que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

() Passivo não circulante – são obrigações de longo prazo presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos esperase que resultem para a entidade em saídas de recursos com prazo superiores a doze meses.

() Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

() Contas de Compensação – compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- a) F, V, V, F, V.
- b) V, V, F, V, V.
- c) V, V, F, V, F.
- d) V, V, V, F, F.
- e) F, V, V, V, F.

Comentários

Apenas a terceira assertiva é falsa. Segundo o MCASP/NBC TSP 11, o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- a. espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade;
- b. o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- c. o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- d. a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os demais conceitos (ativo, passivo e PL) estão de acordo com o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual. Ademais, a definição das contas de compensação está adequada.

Gabarito: B



55. (VUNESP/Analista/SEFAZ-SP/2013) Fundamentado na Lei n.º 4.320/64, em seu artigo 105, o Passivo Financeiro, parte integrante do Balanço Patrimonial, compreenderá:

- a) valores patrimoniais de ativos ou de conversão de dívidas somadas ao total da despesa deferida.
- b) recebimentos de valores e numerários financeiros junto a pessoas de direito público ou privado.
- c) depósitos bancários, cuja movimentação dependa de disposições contratuais ou legais.
- d) valores da receita arrecadada indevidamente, sendo que sua restituição foi autorizada e processada dentro do próprio exercício.
- e) as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

Comentários

Questão interessante para você ver que as bancas exigem a literalidade mesmo da Lei n. 4.320/64. Veja que mesmo estando errado o fato de a Lei ter colocado a dívida fundada no contexto do passivo financeiro, como na Lei está assim, devemos considerar como correta eventual exigência nesse sentido, conforme ilustra esta questão.

Art. 105, § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras [cujo] pagamento independa de autorização orçamentária.

Gabarito: E

56. (VUNESP/Analista/SEFAZ-SP/2013) De acordo com a NBC T 16.6, o Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia

- a) o volume de bens e direitos.
- b) a qualidade de gestão de uma entidade pública.
- c) qualitativa e quantitativamente uma entidade pública.
- d) provisões realistas e substantivas e projeções de desempenho da entidade pública.
- e) qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Comentários

A questão exigiu a literalidade da NBC T 16.6(R1), senão vejamos:

12. O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública: [...]

Hoje a NBC T 16.6 está revogada, mas em essência esse item 12 da norma permanece válido.

Gabarito: E

57. (VUNESP/Gestor/Pref SJC/2012) O anexo 14 da Lei n. 4.320/64 apresenta o balanço patrimonial. No Ativo Permanente, são demonstrados os valores dos bens imobilizados e os créditos e valores realizáveis a longo prazo. Por outro lado, no Passivo Permanente, são demonstrados os valores exigíveis a longo prazo, ou seja:

- a) dívida fundada.
- b) dívida flutuante.
- c) direitos e obrigações.
- d) situação positiva.
- e) superávit a realizar.

Comentários

Conforme estudamos, a dívida fundada é classificada no passivo permanente:



Art. 105, § 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Veja que nessa questão a banca desconsiderou o erro da lei em colocar a dívida fundada no contexto do passivo financeiro.

Gabarito: A

58. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) De acordo com as normas contábeis em vigor, aplicadas ao setor público, o déficit financeiro é apurado no(a)

- a) Balanço Financeiro
- b) Balanço Orçamentário
- c) Balanço Patrimonial
- d) Demonstração Do Resultado Econômico
- e) Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Comentários

Conforme estudamos, o balanço patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.**

Essa questão exige a velha pegadinha:



O SUPERÁVIT/DÉFICIT financeiro não é calculado no balanço financeiro, mas sim no balanço patrimonial!

Gabarito: C

59. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na parte V, trata das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, e, no subitem 05.05.00, trata do Balanço Patrimonial, apresentando diversos aspectos técnico-conceituais direcionados para seu adequado entendimento e elaboração.

Nesse contexto das conceituações decorrentes do Balanço Patrimonial, tem-se que

- a) os ativos devem ser classificados como circulantes quando tiverem a expectativa de realização até o final do exercício financeiro corrente.
- b) o Passivo representa os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- c) o Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, e nele deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.
- d) as contas de compensação compreendem os fatos administrativos que afetam o patrimônio, quando praticados.



e) os passivos devem ser classificados como não circulantes quando corresponderem a valores de terceiros ou estiverem retidos em nome deles, se a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

a. **Errado.** Segundo o MCASP, o ativo circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

a. estarem disponíveis para realização imediata; ou

b. terem expectativa de realização até doze meses **da data das demonstrações contábeis.**

b. **Errado.** Essa é a definição de ativo.

c. **Certo.** Segundo o MCASP, o patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Quando o valor do passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado passivo a descoberto.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio / capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

d. **Errado.** Segundo a Lei 4.320/64, nas contas de compensação serão registrados os bens, valores e obrigações que, imediata ou indiretamente, **possam vir a afetar o patrimônio.**

d. **Errado.** Segundo o MCASP, o passivo não circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Gabarito: C

60. (CESGRANRIO/Analista/EPE/2014) Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Patrimonial é formado pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Nesse contexto, no Patrimônio Líquido de uma empresa do Setor Público, as Reservas de Capital compreendem os valores acrescidos ao patrimônio

a) por variações patrimoniais diminutivas ocorridas no ativo.

b) que não transitaram pelo resultado como variação patrimonial aumentativa.

c) que não transitaram pelo resultado como variação patrimonial diminutiva.

d) como parcela do lucro líquido do exercício, com finalidades específicas.

e) como parcela do lucro líquido do exercício, não destinado especificamente.

Comentários

Segundo o MCASP, integram o patrimônio líquido: patrimônio / capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

Quanto às reservas de capital o Manual assim estabelece:

• Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).



Gabarito: B

61. (CESGRANRIO/Analista/EPE/2014)

Considerando os termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, configurados na Lei nº 4.320/1964, art. 105, o Balanço Patrimonial de uma empresa do setor público demonstrará, no Passivo Financeiro,

- a) créditos cuja mobilização dependa de autorização legislativa.
- b) dívidas fundadas que dependam de autorização legislativa.
- c) dívidas fundadas que independam de autorização orçamentária.
- d) outras dívidas que dependam de autorização legislativa para amortização.
- e) outros pagamentos que dependam de autorização orçamentária.

Comentários

Segundo a Lei n. 4.320/64,

- a. **Errado.** Créditos cuja mobilização dependa de autorização legislativa → ativo permanente.
- b. **Errado.** Dívidas fundadas que dependam de autorização legislativa → passivo permanente
- c. **Certo.** Dívidas fundadas que independam de autorização orçamentária → passivo financeiro

Lembrando que o mais correto é “dívidas flutuantes que independam de autorização orçamentária”. Mas, como está no texto da Lei “dívidas fundadas” as bancas apenas copiam e colam isso. Logo, temos que aceitar como verdadeiro, mesmo que tecnicamente esteja errado.

- d. **Errado.** Outras dívidas que dependam de autorização legislativa para amortização → passivo permanente
- e. **Errado.** Outros pagamentos que dependam de autorização orçamentária → passivo permanente

Gabarito: C

62. (ESAF/Analista/MPOG/2015) Para a elaboração do balanço patrimonial no modelo da Lei n. 4.320, de 1964, dispõe-se dos seguintes dados (em R\$ 1.000,00):

Passivo financeiro: 4.500 Ativo permanente: 3.900

Superávit financeiro: 1.700 Passivo real descoberto: 800 Passivo compensado: 6.300

Com base nos dados acima, conclui-se que

- a) pela indicação do balanço, não há receita disponível para a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- b) a soma do ativo real é superior à do passivo real.
- c) os totais do ativo e passivo compensados não compõem os totais gerais do ativo e do passivo.
- d) o ativo real é igual a 9.300.
- e) o passivo permanente é igual a 6.400.

Comentários

- a. **Errado.** Uma das fontes para abertura dos créditos adicionais é o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial. Para encontrarmos o valor do superávit financeiro, devemos confrontar o valor do ativo financeiro com o passivo financeiro conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. A banca nos informa que o superávit financeiro é de 1.700,00. Logo, como não há informações sobre saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, esse é o valor disponível para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.



b. **Errado.** A banca nos indica que houve um passivo real a descoberto. Logo, para que exista passivo real a descoberto temos que ter um **passivo real maior que o ativo real**. Do contrário, teríamos um ativo real líquido.

c. **Errado.** O ativo compensado e o passivo compensado entram no cômputo do total.

d. **Errado.** Para encontrarmos o valor do ativo real utilizando as informações disponíveis devemos efetuar o seguinte cálculo:

Superávit Financeiro = Ativo Financeiro – Passivo Financeiro

1.700 = Ativo Financeiro - 4.500 = Ativo Financeiro = 6.200

De posse do valor do ativo financeiro podemos calcular o valor do ativo real:

Ativo Real = Ativo Financeiro + Ativo Permanente

Ativo Real = 6.200 + 3.900 = **10.100,00**

e. **Certo.** A banca nos forneceu o valor do passivo real a descoberto. Assim, substituindo o valor do ativo real na expressão abaixo achamos o valor do passivo real:

Passivo Real – Ativo Real = 800

Passivo Real – 10.100 = 800

Passivo Real = 10.900

Com o valor do passivo real podemos descobrir o valor do passivo permanente:

Passivo real = passivo financeiro + passivo permanente

10.900 = 4.500 + passivo permanente

Passivo permanente = 6.400

Gabarito: E

63. (ESAF/Contador/MTUR/2014) Na formação do patrimônio público, integram o patrimônio líquido/Saldo Patrimonial as seguintes rubricas, exceto:

- a) Ações em tesouraria.
- b) Ajustes de avaliação patrimonial.
- c) Resultado diferido.
- d) Reservas de capital.
- e) Resultados acumulados.

Comentários

Segundo o MCASP,

Integram o Patrimônio Líquido: patrimônio/capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

Logo, apenas a opção "C" descreve uma rubrica não englobada pelo patrimônio líquido.

Segundo o PCASP, o resultado diferido *compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.*

Gabarito: C



64. (ESAF/Analista/DNIT/2013) Suponha que, ao final do exercício financeiro, os seguintes dados de um ente estejam disponíveis (valores em R\$ 1.000,00):

Ativo financeiro: 450.000

Superávit financeiro: 120.000

Ativo real: 730.000

Passivo compensado: 160.000

Passivo real descoberto: 20.000.

Com base nesses dados, é possível afirmar que:

- a) o passivo financeiro é igual a R\$ 100.000 mil.
- b) o ativo permanente é igual a R\$ 610.000 mil.
- c) o passivo permanente é igual a R\$ 420.000 mil.
- d) o ativo compensado é igual a R\$ 140.000 mil.
- e) o passivo real é igual a R\$ 730.000 mil.

Comentários

Vamos estruturar o BP.

Ativo		Passivo	
Ativo Financeiro	450	Passivo Financeiro	330 (2)
Ativo Permanente	280 (3)	Passivo Permanente	420 (5)
Soma (ativo Real)	730	Soma (passivo Real)	750 (4)
Saldo Patrimonial	20		
Ativo Compensado	160 (1)	Passivo Compensado	160

Efetuando os cálculos, temos:

$$AC = PC \rightarrow AC = 160 \text{ mil (1)}$$

$$SF = AF - PF \rightarrow 120 = 450 - PF \rightarrow PF = 330 \text{ mil (2)}$$

$$A \text{ Real} = AF + AP \rightarrow 730 = 450 + AP \rightarrow AP = 280 \text{ mil (3)}$$

$$Passivo \text{ Real a descoberto} = PR - AR \rightarrow 20 = PR - 730 \rightarrow PR = 750 \text{ mil (4)}$$

$$PR = PF + PP \rightarrow 750 \text{ mil} = 330 + PP \rightarrow PP = 420 \text{ mil (5)}$$

Portanto, o gabarito da questão está na opção "C"

a) o passivo financeiro é igual a R\$ 100.000 mil. **PF = 330 mil (2)**

b) o ativo permanente é igual a R\$ 610.000 mil. **AP = 280 mil (3)**

c) o passivo permanente é igual a R\$ 420.000 mil.

d) o ativo compensado é igual a R\$ 140.000 mil.

e) o passivo real é igual a R\$ 730.000 mil. **PR = 750 mil (4)**

Siglas utilizadas

AF = Ativo Financeiro

AP = Ativo Permanente

AC = Ativo Compensado

AR = Ativo Real

PF = Passivo Financeiro



PP = Passivo Permanente

PC = Passivo Compensado

PR = Passivo Real

SF = Superávit Financeiro

Gabarito: C



LISTA DAS QUESTÕES

1. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) A estrutura de apresentação do balanço patrimonial em convergência com os padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público apresentou algumas alterações, que estão consolidadas no MCASP. Nesse contexto, um item informacional que deve ter seu saldo apresentado no quadro principal do balanço patrimonial é:

- a) ativo financeiro;
- b) demandas judiciais;
- c) dívida consolidada líquida;
- d) garantias concedidas;
- e) investimentos.

2. (FGV/Analista/MPSC/2022) Além de apresentar informações sobre a posição patrimonial e financeira e sobre o desempenho das entidades, as demonstrações contábeis também podem fornecer informações úteis para o processo de planejamento e execução do orçamento, tanto por determinação legal quanto por decisões de gestão. A apuração do superávit financeiro que pode servir como fonte de recursos para suplementar dotações orçamentárias deve ter por base o (a):

- a) balanço financeiro;
- b) balanço orçamentário;
- c) balanço patrimonial;
- d) demonstração das variações patrimoniais;
- e) demonstração dos fluxos de caixa.

Quadro I

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
	Patrimônio Líquido
Total do Ativo	Total do Passivo + PL

3. (FGV/Analista/MPSC/2022) Considere a estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I acima. Um evento cuja ocorrência adequadamente registrada pelo sistema de contabilidade provoca impacto positivo no saldo patrimonial do ente é:

- a) aquisição de instalações prediais de uma entidade privada, com pagamento à vista;
- b) aquisição de materiais para estoque, para baixa posterior mediante requisição devidamente autorizada;
- c) devolução de equipamentos adquiridos em decorrência de não conformidade com o pedido;
- d) redução do saldo de empréstimos (curto prazo), decorrente de pagamento de parcela na data do vencimento;
- e) reversão de perdas por desvalorização de ativos reconhecidas no exercício anterior.

4. (FGV/Analista/MPSC/2022) A estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I não contempla todos os itens informacionais previstos originalmente na Lei nº 4.320/1964, tais como a identificação expressa dos saldos do ativo e passivo financeiros e as contas de compensação. Para tratar desse aspecto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado por meio de portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

- a) adaptou a estrutura do balanço financeiro para evidenciar os saldos de ativo e passivo financeiros;
- b) alterou a estrutura da demonstração das variações patrimoniais para contemplar as contas de compensação para fins de controle;



- c) exigiu que tais itens informacionais sejam apresentados por meio de notas explicativas;
- d) inseriu quadros complementares ao quadro principal, para contemplar tais informações;
- e) tornou facultativa a apresentação das contas de compensação nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).

5. (FGV/Perito/PC-AM/2022) Assinale a opção que indica a diferença entre os créditos classificados como ativo financeiro e como ativo permanente, de acordo com a Lei nº 4.320/64.

- a) Os classificados como financeiro têm realização de até doze meses a partir da data do balanço patrimonial, enquanto os classificados como permanente têm realização maior do que doze meses.
- b) Os classificados como financeiro geram expectativa de realização, enquanto os classificados como permanente apresentam expectativa de venda.
- c) Os classificados como financeiro independem de autorização orçamentária, enquanto os classificados como permanente dependem de autorização legislativa.
- d) Os classificados como financeiro são recuperados pelo uso, enquanto os classificados como permanente são recuperados pela venda.
- e) Os classificados como financeiro são vinculados às entidades financeiras do Governo e os classificados como permanente podem ser vinculados a qualquer tipo de entidade governamental.

6. (FGV/Contador/IMBEL/2021) Sobre os componentes do Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) As contas de compensação compreendem os bens e os valores que não podem afetar o patrimônio.
- b) O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis que dependem de autorização orçamentária.
- c) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- d) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outros pagamentos que independem de autorização orçamentária.
- e) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

7. (FGV/Analista/TJ-RO/2021) A necessidade de autorização legislativa para realização e movimentação de valores registrados no ativo e no passivo é um requisito que caracteriza a classificação em:

- a) circulante e não circulante; b) efetivo e não efetivo; c) financeiro e não financeiro;
- d) individual e consolidado; e) operacional e não operacional.

8. (FGV/Técnico Superior/DPE-RJ/2019) Na classificação de ativos e passivos no Balanço Patrimonial, o critério relacionado à dependência ou não de autorização orçamentária para movimentação de tais elementos gera as categorias:

- a) circulante e permanente; b) financeiro e permanente; c) orçamentário e extraorçamentário;
- d) originária e derivada; e) variações aumentativas e variações diminutivas.

9. (FGV/Analista/MPE-RJ/2019) Considere os dados do Quadro I a seguir extraídos do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2018 de uma unidade da Federação, com valores expressos em milhares de reais.



Ativo Financeiro	2.870,00	Passivo Financeiro	1.340,00
Ativo Permanente	34.670,00	Passivo Permanente	19.520,00

A partir das informações apresentadas no Quadro I, o saldo patrimonial da unidade da Federação ao final do exercício de 2018 corresponde, em milhares de reais, a:

- a) 17.100,00; b) 16.680,00; c) 15.220,00; d) 15.150,00; e) 1.530,00.

10. (FGV/Contador/SEFIN-RO/2018) Entre as demonstrações contábeis, definidas na Lei n. 4.320/64, está o Balanço Patrimonial.

Em relação aos componentes dessa demonstração, assinale a afirmativa correta.

- a) O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis que dependem de autorização orçamentária e os valores numerários.
- b) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- c) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que dependem de autorização orçamentária.
- d) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que não dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- e) As Contas de Compensação compreendem os bens e as obrigações que não afetam o patrimônio.

11. (FGV/Auditor/CGM Niterói/2018) No balanço patrimonial de uma entidade do setor público, os atos da administração, com potencial de modificar o patrimônio, devem ser registrados

- a) no ativo. b) no passivo. c) no resultado. d) no patrimônio líquido.
- e) nas contas de compensação.

12. (FGV/Analista/IBGE/2016) Balanço Patrimonial – Prefeitura Ansiosa em 31/12/2015

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	256.100	Passivo Circulante	223.600
Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	247.000	Fornecedor (F)	110.500
Depósito Restituíveis – Caução (F)	3.900	Valores de Terceiros Restituíveis (F)	15.600
Estoques (P)	5.200	Precatórios a Pagar (P)	97.500
Ativo não Circulante	407.500	Passivo Não Circulante	130.000
<u>Imobilizado</u>		Empréstimos e Financiamento L/P	130.000
Veículos	26.000		
Imóvel - Edificações	390.000		
(-) Depreciação	(8.500)	Patrimônio Líquido	310.000
		Resultado Acumulado	310.000
TOTAL	663.600		663.600

Considerando as informações constantes no Balanço Patrimonial apresentado, o superávit ou déficit financeiro do exercício 2015 é:

- a) déficit financeiro de 32.500; b) superávit financeiro de 32.500;



- c) resultado nulo; d) superávit financeiro de 130.000;
e) superávit financeiro de 124.800.

13. (FGV/Contador/Niterói/2015) Dados originados do Departamento de Contabilidade de uma entidade da administração pública.

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Consignações a pagar	2.460
Cauções em garantia de contratos	3.800
Retenção de obrigações de terceiros a recolher	6.250
Desvalorização e perdas com ativos	7.250
VPD pagas antecipadamente	12.650
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	13.950
Provisões de longo prazo	14.100
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	18.700
Intangível (Patentes)	32.480
Créditos de curto prazo	34.960
Investimentos (Participações societárias)	56.300
Exploração e venda de bens e serviços	183.700
Empréstimos e financiamentos	278.320
Veículos (Em arrendamento mercantil financeiro)	341.200

Considerando exclusivamente a identificação dos elementos patrimoniais apresentados no Quadro, a situação líquida do ente representa:

- a) 139.860; b) 146.710; c) 153.960; d) 303.810; e) 316.460.

14. (FGV/Agente/TCM-SP/2015) Saldos antes da apuração do resultado patrimonial do exercício encerrado em 31/12/20x4, da prefeitura municipal de Novo Mar.

<u>Descrição</u>	<u>Saldo (milhares)</u>
Transferências recebidas	32.800,00
Pessoal e encargos	21.300,00
Imobilizado	16.300,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	14.380,00
Empréstimos e financiamentos - LP	9.350,00
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	8.750,00
Intangível	4.500,00
Benefícios previdenciários e assistenciais	4.100,00
Ativo realizável a longo prazo	3.120,00



Contribuições	3.100,00
Patrimônio social	2.000,00
Investimentos	1.950,00
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	1.820,00
Créditos de curto prazo	1.560,00
Exploração e venda de bens e serviços	1.300,00
Estoques	1.120,00
Caixa e equivalentes de caixa	910,00
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	910,00
Transferências concedidas	890,00
Fornecedores a pagar	840,00
Desvalorização e perdas com Ativos	780,00
Provisões de longo prazo	750,00
VPD pagas antecipadamente	380,00
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	230,00

De acordo com o Quadro I, as obrigações exigíveis da prefeitura municipal de Novo Mar em 31/12/20x4 totalizaram:

- a) 12.760,00; b) 14.760,00; c) 16.860,00; d) 34.060,00; e) 38.160,00.

15. (FGV/Analista/CM Caruaru/2015) No Balanço Patrimonial da União, os créditos e valores realizáveis e as dívidas fundadas devem ser contabilizados, respectivamente,

- a) No Ativo Circulante e no Passivo Circulante.
b) No Ativo Realizável a Longo Prazo e no Passivo Exigível a Longo Prazo.
c) No Ativo Financeiro e no Passivo Financeiro.
d) No Ativo Circulante e nas Contas de Compensação.
e) No Ativo Permanente e no Passivo Permanente.

16. (FGV/Analista/DPE-MT/2015) De acordo com a Lei nº 4.320/64, o Balanço Patrimonial é formado por

- a) Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Contas de Compensação.
b) Ativo Financeiro, Ativo não Financeiro, Passivo Financeiro, Passivo não Financeiro, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação.
c) Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Patrimônio Líquido.
d) Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação.
e) Ativo Circulante, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial.



17. (FGV/Auditor/Cuiabá/2014) De acordo com a Lei nº 4.320/64, sobre os componentes do Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa correta.

- a) O Ativo Financeiro compreende os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis que possuem autorização orçamentária.
- b) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas cujo pagamento depende de autorização orçamentária.
- c) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação independe de autorização legislativa.
- d) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas cuja amortização ou cujo resgate não dependem de autorização legislativa.
- e) As Contas de Compensação registram os bens, os valores, as obrigações e as situações que podem afetar o patrimônio.

Atenção: Para responder à questão a seguir, considere as seguintes contas contábeis extraídas dos Balanços Orçamentário e Patrimonial levantados em 31/12/16 de determinada entidade do setor público.

Contas Contábeis	Valor R\$
Previsão Inicial da Receita	1.160.000
Ativo Circulante	750.000
Receita Realizada	1.270.000
Passivo Circulante	390.000
Despesa Empenhada	820.000
Ativo não Circulante	470.000
Saldo da Dotação	340.000
Despesa Liquidada	630.000
Passivo não Circulante	280.000
Despesa Empenhada Paga	590.000

18. (FCC/Analista/TRE-SP/2017) De acordo com os saldos contábeis apresentados, o patrimônio líquido da entidade em 31/12/2016 foi, em R\$, de

- a) 360.000. b) 470.000. c) 110.000. d) 550.000. e) 450.000.

Atenção: Para responder às questões, considere, abaixo, o código de classificação das contas, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e o saldo das contas apresentadas no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 de determinado ente público.



Balanço Patrimonial de 31.12.2015

Código	Conta	Valor em R\$
1.1.1.1.0.00.00	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	250
2.1.8.8.0.00.00	Valores Restituíveis	40
1.1.2.5.0.00.00	Dívida Ativa Tributária	90
2.1.2.1.0.00.00	Empréstimos a curto prazo – interno	80
1.2.3.1.0.00.00	Bens móveis	380
1.1.3.5.0.00.00	Depósitos restituíveis e valores vinculados	110
2.2.2.1.0.00.00	Empréstimos a longo prazo – interno	250
1.2.4.2.0.00.00	Marcas, direitos e patentes industriais	170
2.1.1.1.0.00.00	Pessoal a pagar	70
1.2.3.2.0.00.00	Bens Imóveis	720
1.1.2.1.0.00.00	Créditos tributários a receber	150
2.2.1.4.0.00.00	Encargos sociais a pagar	210
2.1.3.1.0.00.00	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	160
1.2.3.8.1.05.00	(-) Depreciação acumulada de bens móveis	120
2.2.1.1.0.00.00	Pessoal a pagar - Precatórios a longo prazo	190

19. (FCC/Analista/TRT23/2016) O Patrimônio Líquido (Resultados Acumulados) apurado, conforme Balanço Patrimonial de 31/12/2015, soma, em R\$,

- a) 500. b) 750. c) 400. d) 1.750. e) 1.150.

20. (FCC/Analista/TRT23/2016) O passivo não circulante soma, em R\$,

- a) 690. b) 650. c) 720. d) 440. e) 760.

21. (FCC/Analista/TRT23/2016) O ativo circulante soma, em R\$,

- a) 600. b) 510. c) 770. d) 710. e) 640.

22. (FCC/Analista/TRT4/2015) De acordo com a estrutura do Balanço Patrimonial do setor público, entre outros, integram o Ativo não Circulante

- a) o realizável a longo prazo, os investimentos e o imobilizado.
 b) os créditos a curto prazo, os estoques e os investimentos.
 c) os valores em caixa, os créditos a curto prazo e os estoques.
 d) os créditos realizáveis a curto e a longo prazo e os investimentos.
 e) a dívida ativa a receber a curto prazo, os investimentos e o imobilizado.

23. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Atenção: Para responder à questão, considere o saldo do ativo imobilizado do balancete patrimonial em 31/05/2015, no valor de R\$ 1.810.000,00 e as seguintes transações realizadas durante o mês junho de 2015, por uma autarquia pública (valores em reais):

- Aquisição de dois veículos pelo valor total de 90.000,00
 - Serviços de funilaria e pintura em veículos 20.000,00
 - Doação de um imóvel ao município de Águas Barrentas 200.000,00
 - Aquisição de 10 computadores 30.000,00



- Alienação de bens imóveis pelo valor contabilizado 150.000,00
- Aquisição de 24 pneus p/ veículos da frota da entidade 10.000,00
- Recebimento, em doação, de 2 aparelhos de tomografia 70.000,00

Considerando as transações realizadas, o saldo do ativo imobilizado do balancete patrimonial, em 30/06/2015, totaliza, em reais,

- a) 1.670.000,00
- b) 1.650.000,00
- c) 1.680.000,00
- d) 1.580.000,00
- e) 1.660.000,00

24. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Os valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis devem ser classificados, no Balanço Patrimonial, como

- a) passivo não circulante.
- b) ativo circulante.
- c) passivo circulante.
- d) realizáveis a curto prazo.
- e) exigíveis a longo prazo.

25. (FCC/Auditor/MPE-PB/2015) Nos termos dos Anexos da Lei nº 4.320/1964, o passivo real a descoberto e o ativo real líquido são contas pertencentes ao

- a) balanço orçamentário.
- b) balanço financeiro.
- c) balanço patrimonial.
- d) relatório de gestão fiscal.
- e) demonstrativo das variações patrimoniais.

26. (FCC/Auditor/CGM São Luís/2015) Considere as informações extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública municipal referente ao mês de maio de X1:

- Liquidação da despesa com Material de Consumo entregue pelo fornecedor em 15/05/X1, no valor de R\$ 20.000,00, para pagamento em junho de X1.
- Lançamento e Arrecadação de Taxas no valor de R\$ 600.000,00.
- Pagamento de Despesa com Pessoal que atua na manutenção das atividades governamentais no valor de R\$ 160.000,00. A liquidação da despesa ocorreu em abril de X1.
- Distribuição gratuita de material no valor de R\$ 34.000,00.
- Prestação de Serviços no valor de R\$ 50.000,00 para recebimento em junho de X1.
- Reconhecimento da Depreciação do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 64.000,00.
- Reconhecimento do aumento da Dívida Fundada em R\$ 3.000,00, decorrente de variação cambial.

Com base nessas informações, em maio de X1 e em reais, o saldo do ativo total foi aumentado em

- a) 412.000,00.
- b) 409.000,00.
- c) 572.000,00.
- d) 396.000,00.
- e) 362.000,00.

27. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) De acordo com a Estrutura do Balanço Patrimonial, as Cotas em Tesouraria serão classificadas como

- a) Realizável a longo prazo.
- b) Imobilizado.
- c) Patrimônio Líquido.
- d) Realizável a curto prazo.



e) Investimentos.

28. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) De acordo com a Estrutura definida para o Balanço Patrimonial no MCASP, a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em

- I. “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.
- II. “circulante” e “não circulante”, com base na sua dependência ou não da execução orçamentária.
- III. “Financeiro” e “Permanente”, com base na sua dependência ou não da execução orçamentária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) III.

29. (FCC/Analista/SEFAZ-PI/2015) Instrução: Para responder à questão, considere as informações a seguir:

No mês de março de 2015, o Secretário da Fazenda do Estado do Cerrado do Norte solicitou ao setor de contabilidade que procedesse a reserva de recursos orçamentários, no valor de R\$ 60.000,00, destinados à aquisição de vinte computadores para o departamento de rendas mobiliárias. A aquisição dos vinte computadores, no Balanço Patrimonial, será classificada como

- a) despesa de capital.
- b) ativo não circulante – imobilizado.
- c) ativo circulante – permanente.
- d) ativo não circulante – intangível.
- e) ativo circulante – bens móveis.

30. (CESPE/Auditor/CGE-CE/2019) A tabela seguinte contém informações que subsidiarão o gestor contábil de um ente público na preparação do balanço patrimonial desse ente.

contas (em R\$)	
caixa	5.000
aplicação de curto prazo	8.000
provisões a curto prazo	2.000
obrigações trabalhistas	45.000
estoque de materiais em almoxarifado	6.000
créditos realizáveis	20.000
fornecedores	15.000
máquinas e equipamentos	50.000
depreciação acumulada	10.000
variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente	7.000
imóveis	40.000
financiamento de longo prazo	18.000
suprimentos a serem consumidos na prestação de serviços	3.000
materiais culturais	1.000
ajuste de avaliação patrimonial	4.000
patrimônio/capital social	46.000

O gestor, a partir das informações apresentadas na tabela, estimou, em sua prévia, que o ativo totalizava R\$ 123.000. Um auditor de controle interno, após conferir a estimativa do gestor, identificou erro na avaliação.

Nesse caso, a declaração do auditor deve ter apontado que o total do ativo estava

- a) subavaliado em R\$ 2.000, pois provisões a curto prazo são contas de ativo.



- b) subavaliado em R\$ 4.000, pois ajuste de avaliação patrimonial é conta retificadora de ativo.
 - c) subavaliado em R\$ 7.000, pois variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente é conta de ativo.
 - d) superavaliado em R\$ 20.000, pois créditos realizáveis são contas de passivo.
 - e) superavaliado em R\$ 3.000, pois suprimentos a serem consumidos na prestação de serviços são despesa operacional.

A tabela a seguir representa o balancete de verificação que dará origem ao balanço patrimonial de um ente público.

contas (em reais)	
disponível	10.500
salários e encargos	220.000
provisões (curto prazo)	8.000
receita de transferência	198.000
estoque de materiais de consumo (curto prazo)	28.000
financiamentos (longo prazo)	35.000
tributos a recolher	45.000
veículos pesados	70.000
depreciação acumulada	14.000
variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente (curto prazo)	1.500
terreno	120.000
despesa de água	6.000
receita de taxas	95.000
receita de aplicações	1.000
materiais permanentes	34.000
aplicações financeiras (curto prazo)	12.000
patrimônio/capital social	100.000
despesas de aluguel	34.000

31. (CESPE/MPC TCE PA/2019) Após a classificação das contas do balancete da tabela B, o balanço patrimonial apresentará em seu ativo circulante e não circulante, respectivamente, os montantes, em reais, iguais a

- a) 50.500 e 210.000. b) 52.000 e 210.000. c) 52.000 e 224.000.
d) 60.000 e 224.000. e) 60.000 e 216.000.

32. (CESPE/MPC TCE PA/2019) A partir do balancete de contas apresentado na tabela, o valor total do passivo (de curto prazo e longo prazo), em reais, do ente público em questão é igual a

- a) 383.500. b) 382.000. c) 308.000. d) 88.000. e) 80.000.

33. (CESPE/MPC TCE PA/2019) Assinale a opção que identifica um subgrupo da classe passivo.

- a) receita diferida líquida
 - b) créditos realizáveis a longo prazo
 - c) execução de restos a pagar
 - d) receita corrente
 - e) juros e encargos da dívida pagos

34. (CESPE/Auditor/CGM João Pessoa/2018) O balanço patrimonial do setor público deve ter, em seu quadro principal, ativos e passivos classificados em circulante e não circulante, e, em atendimento à Lei nº 4.320/1964, deverá conter, também, quadro secundário no qual são apresentados os ativos e passivos financeiros e permanentes.

35. (CESPE/Analista/TCE-PE/2017) As Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (DCASP) fornecem aos usuários informações a respeito dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades. A partir das demonstrações, o auditor de contas públicas poderá identificar, no balanço patrimonial, os direitos e as obrigações que possam afetar o patrimônio e que são caracterizados como contas de compensação.

36. (CESPE/Analista/TCE-PE/2017) As Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (DCASP) fornecem aos usuários informações a respeito dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades. A partir das demonstrações, o auditor de contas públicas poderá identificar, no balanço patrimonial, o superávit ou o déficit financeiro do ente federativo.

37. (CESPE/Analista/ANS/2013) Determinada entidade do setor público apresentou os eventos registrados abaixo em seu primeiro exercício financeiro, ocorrido em 2012.

- Aprovação da Lei Orçamentária Anual, com previsão da receita e fixação da despesa no valor de R\$ 150.000,00;
- Arrecadação de impostos no valor de R\$ 60.000,00;
- Empenho, consumo e pagamento de despesas com serviços de água, luz e telefone durante o ano, no valor de R\$ 20.000,00;
- Recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 100.000,00;
- Compra de veículo para uso no valor de R\$ 30.000,00, com recebimento imediato do bem, inscrito integralmente em restos a pagar ao final do exercício financeiro de 2012.

Com base nos eventos acima registrados, julgue o item que se segue, acerca do fechamento das demonstrações contábeis do ano de 2012 da referida entidade conforme a Lei n.º 4.320/1964.

No balanço patrimonial, o ativo real totalizou R\$ 170.000,00.

38. (CESPE/Especialista/ANTT/2013) No balanço patrimonial, o ativo real é dado pelo somatório das parcelas que compõem o ativo financeiro e o ativo não financeiro ou permanente. Já o passivo real é constituído pelo somatório das parcelas que compõem o passivo financeiro e o passivo não financeiro ou permanente.

39. (CESPE/Contador/PF/2014) No balanço patrimonial da União, o saldo patrimonial corresponde à diferença entre o ativo real e o passivo real, sendo também igual ao patrimônio líquido, sob o enfoque patrimonial, conforme a estrutura do balanço definida no manual de contabilidade aplicada ao setor público, da Secretaria do Tesouro Nacional.

40. (CESPE/Contador/MTE/2014) Considere que no primeiro exercício financeiro de determinada unidade gestora do MTE tenham sido registrados os seguintes eventos:

I aprovação da lei orçamentária anual, com previsão de receita e fixação de despesa, no valor de R\$ 220.000,00;

II lançamento de impostos no valor de R\$ 110.000,00, com arrecadação de 60% desse valor;

III compra de imóvel à vista, no valor de R\$ 60.000,00, com recebimento imediato do bem;

IV empenho e liquidação de serviços de vigilância no valor de R\$ 48.000,00, com 50% desse valor pago e o restante inscrito em restos a pagar;

V ingressos extraorçamentários no valor de R\$ 20.000,00.



Com base nessas informações, julgue o item que se segue, relativo ao regime contábil e aos critérios utilizados para elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

No balanço patrimonial, o total do passivo circulante foi de R\$ 24.000,00.

41. (CESPE/Contador/MTE/2014) Caso os passivos sejam pagos durante o ciclo operacional normal da entidade, eles serão classificados como circulante.

42. (CESPE/Contador/TCE-RO/2013) Na contabilidade governamental, o ativo classifica-se em circulante e não circulante, o que não impede a aplicação do previsto na Lei n.º 4.320/1964, que divide o ativo em financeiro e permanente, para a elaboração do balanço patrimonial.

43. (CESPE/Auditor/TCU/2013) A partir da edição das normas brasileiras de contabilidade e da publicação do manual de contabilidade aplicada ao setor público pela Secretaria do Tesouro Nacional, o balanço patrimonial passou a evidenciar, no ativo circulante e no não circulante, itens que antes eram classificados no ativo não financeiro.

44. (CESPE/Analista/TRT10/2013) No balanço patrimonial, especificamente no quadro referente às compensações, devem ser incluídos os atos potenciais do ativo e do passivo que possam, imediatamente ou indiretamente, vir a afetar o patrimônio, como, por exemplo, as obrigações conveniadas ou contratadas.

45. (CESPE/Analista/MPU/2010)

Ativo Financeiro	1.310	Ativo Permanente ou não financeiro	825
Passivo Financeiro	1.280	Passivo Permanente ou não financeiro	720
Movimentação no compensado	2.040		

Considerando os dados apresentados na tabela acima, extraídos do balanço patrimonial de determinada entidade governamental, julgue o próximo item.

O saldo patrimonial da entidade é de R\$ 105.000,00.

46. (CESPE/Analista/ANATEL/2009) Considere que um ente da administração tenha apresentado, ao final do exercício, entre outros, os seguintes saldos.

disponível: R\$ 3 milhões*

superávit financeiro: R\$ 4 milhões

passivo real descoberto: R\$ 500 mil

passivo permanente: R\$ 5,5 milhões

*o dobro do saldo do início do exercício

Com base nessas informações, julgue o próximo item.

O ativo permanente corresponde a R\$ 2 milhões.

47. (VUNESP/Técnico/CM Indaiatuba/2018) Segundo a Lei n. 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstrará:

a) o ativo circulante e não circulante, o passivo circulante e o não circulante, bem como a demonstração do superávit financeiro, além das contas de compensação.

b) o ativo disponível, realizável a longo prazo e permanente, assim como o passivo exigível e exigível de longo prazo, além do patrimônio social.



c) as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, além dos ativos e passivos financeiros e orçamentários.

d) o ativo financeiro e permanente, o passivo financeiro e permanente, bem como o saldo patrimonial e as contas de compensação.

e) Ativo e passivo financeiros e orçamentários, além das movimentações das variações patrimoniais, e das contas de compensações.

48. (VUNESP/Analista/CM Pirassununga/2016) No Balanço Patrimonial o passivo financeiro corresponde:

a) ao saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

b) aos recursos de exercícios anteriores, utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente.

c) aos passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções.

d) as consignações em folha de pagamento.

e) as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar no curto prazo.

49. (VUNESP/Técnico/IPSM/2016) Conforme o art. 105 da Lei n.º 4.320/1964, o ativo no Balanço Patrimonial é classificado da seguinte forma:

a) ativo imobilizado e ativo intangível.

b) ativo financeiro e ativo permanente.

c) ativo da concessão e ativo registrado.

d) receita tributária e receita patrimonial.

e) créditos a longo prazo e VPD paga antecipadamente.

50. (VUNESP/Contador/TJ-SP/2015) Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são denominados de

a) patrimônio líquido.

b) ativo intangível.

c) ativo imobilizado.

d) ativo circulante.

e) ativo não circulante.

51. (VUNESP/Contador/TJ-SP/2015) O ativo deve ser classificado como circulante quando

a) estiver disponível para realização imediata ou corresponder a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

b) estiver disponível para realização imediata ou corresponder a valores exigíveis até três meses após a data das demonstrações contábeis.

c) corresponder a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis ou tiver a expectativa de realização até seis meses após a data das demonstrações contábeis.



d) estiver disponível para realização imediata ou tiver a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

e) corresponder a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis ou corresponder a valores disponíveis para realização até dezoito meses após a data das demonstrações contábeis.

52. (VUNESP/Assistente/CM Caieiras/2015) De acordo com a Lei n. 4.320/64, os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa estão compreendidos no Balanço Patrimonial Público pelo

- a) Ativo Financeiro. b) Passivo Permanente. c) Ativo Permanente.
d) Passivo Permanente. e) Passivo Patrimonial.

53. (VUNESP/Analista/PRODEST/2014) Quanto à Lei n.º 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstrará as contas de compensação e nelas serão registrados(as)

- a) as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
b) as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
c) os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários.
d) os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.
e) os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

54. (VUNESP/Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas/SEFAZ-SP/2013) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, por meio de contas representativas do patrimônio público, a situação patrimonial da entidade pública, além das contas de compensação.

De acordo com o texto apresentado, classifique os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F).

() Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

() Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos espera-se que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

() Passivo não circulante – são obrigações de longo prazo presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos espera-se que resultem para a entidade em saídas de recursos com prazo superiores a doze meses.

() Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

() Contas de Compensação – compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- a) F, V, V, F, V. b) V, V, F, V, V. c) V, V, F, V, F.
d) V, V, V, F. e) F, V, V, V, F.



55. (VUNESP/Analista/SEFAZ-SP/2013) Fundamentado na Lei n.º 4.320/64, em seu artigo 105, o Passivo Financeiro, parte integrante do Balanço Patrimonial, compreenderá:

- a) valores patrimoniais de ativos ou de conversão de dívidas somadas ao total da despesa deferida.
- b) recebimentos de valores e numerários financeiros junto a pessoas de direito público ou privado.
- c) depósitos bancários, cuja movimentação dependa de disposições contratuais ou legais.
- d) valores da receita arrecadada indevidamente, sendo que sua restituição foi autorizada e processada dentro do próprio exercício.
- e) as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

56. (VUNESP/Analista/SEFAZ-SP/2013) O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia

- a) o volume de bens e direitos.
- b) a qualidade de gestão de uma entidade pública.
- c) qualitativa e quantitativamente uma entidade pública.
- d) provisões realistas e substantivas e projeções de desempenho da entidade pública.
- e) qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

57. (VUNESP/Gestor/Pref SJC/2012) O anexo 14 da Lei n.º 4.320/64 apresenta o balanço patrimonial. No Ativo Permanente, são demonstrados os valores dos bens imobilizados e os créditos e valores realizáveis a longo prazo. Por outro lado, no Passivo Permanente, são demonstrados os valores exigíveis a longo prazo, ou seja:

- a) dívida fundada.
- b) dívida flutuante.
- c) direitos e obrigações.
- d) situação positiva.
- e) superávit a realizar.

58. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) De acordo com as normas contábeis em vigor, aplicadas ao setor público, o déficit financeiro é apurado no(a)

- a) Balanço Financeiro
- b) Balanço Orçamentário
- c) Balanço Patrimonial
- d) Demonstração Do Resultado Econômico
- e) Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

59. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na parte V, trata das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, e, no subitem 05.05.00, trata do Balanço Patrimonial, apresentando diversos aspectos técnico-conceituais direcionados para seu adequado entendimento e elaboração. Nesse contexto das conceituações decorrentes do Balanço Patrimonial, tem-se que

- a) os ativos devem ser classificados como circulantes quando tiverem a expectativa de realização até o final do exercício financeiro corrente.
- b) o Passivo representa os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- c) o Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, e nele deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.



d) as contas de compensação compreendem os fatos administrativos que afetam o patrimônio, quando praticados.

e) os passivos devem ser classificados como não circulantes quando corresponderem a valores de terceiros ou estiverem retidos em nome deles, se a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo.

60. (CESGRANRIO/Analista/EPE/2014) Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Patrimonial é formado pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Nesse contexto, no Patrimônio Líquido de uma empresa do Setor Público, as Reservas de Capital compreendem os valores acrescidos ao patrimônio

- a) por variações patrimoniais diminutivas ocorridas no ativo.
- b) que não transitaram pelo resultado como variação patrimonial aumentativa.
- c) que não transitaram pelo resultado como variação patrimonial diminutiva.
- d) como parcela do lucro líquido do exercício, com finalidades específicas.
- e) como parcela do lucro líquido do exercício, não destinado especificamente.

61. (CESGRANRIO/Analista/EPE/2014) Considerando os termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, configurados na Lei nº 4.320/1964, art. 105, o Balanço Patrimonial de uma empresa do setor público demonstrará, no Passivo Financeiro,

- a) créditos cuja mobilização dependa de autorização legislativa.
- b) dívidas fundadas que dependam de autorização legislativa.
- c) dívidas fundadas que independam de autorização orçamentária.
- d) outras dívidas que dependam de autorização legislativa para amortização.
- e) outros pagamentos que dependam de autorização orçamentária.

62. (ESAF/Analista/MPOG/2015) Para a elaboração do balanço patrimonial no modelo da Lei n. 4.320, de 1964, dispõe-se dos seguintes dados (em R\$ 1.000,00):

Passivo financeiro: 4.500 Ativo permanente: 3.900

Superávit financeiro: 1.700 Passivo real descoberto: 800

Passivo compensado: 6.300

Com base nos dados acima, conclui-se que

- a) pela indicação do balanço, não há receita disponível para a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- b) a soma do ativo real é superior à do passivo real.
- c) os totais do ativo e passivo compensados não compõem os totais gerais do ativo e do passivo.
- d) o ativo real é igual a 9.300.
- e) o passivo permanente é igual a 6.400.

63. (ESAF/Contador/MTUR/2014) Na formação do patrimônio público, integram o patrimônio líquido/Saldo Patrimonial as seguintes rubricas, exceto:



- a) Ações em tesouraria.
- b) Ajustes de avaliação patrimonial.
- c) Resultado diferido.
- d) Reservas de capital.
- e) Resultados acumulados.

64. (ESAF/Analista/DNIT/2013) Suponha que, ao final do exercício financeiro, os seguintes dados de um ente estejam disponíveis (valores em R\$ 1.000,00):

Ativo financeiro: 450.000

Superávit financeiro: 120.000

Ativo real: 730.000

Passivo compensado: 160.000

Passivo real descoberto: 20.000.

Com base nesses dados, é possível afirmar que:

- a) o passivo financeiro é igual a R\$ 100.000 mil.
- b) o ativo permanente é igual a R\$ 610.000 mil.
- c) o passivo permanente é igual a R\$ 420.000 mil.
- d) o ativo compensado é igual a R\$ 140.000 mil.
- e) o passivo real é igual a R\$ 730.000 mil.



GABARITO



GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
E	C	E	D	C	C	C	B	B	B
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
E	E	C	A	C	D	E	D	B	B
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
A	A	B	C	C	A	C	B	B	C
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
B	D	A	C	C	C	C	C	E	E
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
C	C	C	C	E	E	D	C	B	B
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.
D	C	D	B	E	E	A	C	C	B
61.	62.	63.	64.						
C	E	C	C						



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.